



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

**Processos Excludentes e Estratégias de Enfrentamento Utilizadas por Pessoas
Trans no Contexto Escolar**

Autora: Sabrina Moraes Teixeira

Brasília - DF

Dezembro de 2019



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

**Processos Excludentes e Estratégias de Enfrentamento Utilizadas por Pessoas
Trans no Contexto Escolar**

Sabrina Moraes Teixeira

Monografia apresentada à Faculdade
de Ciências da Educação e Saúde do
Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB como requisito parcial à
conclusão de Curso de Psicologia.
Professora Orientadora: Dra. Ana Flávia
do Amaral Madureira

Brasília - DF

Dezembro de 2019



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Folha de avaliação

Autora: Sabrina Moraes Teixeira

Título: Processos Excludentes e Estratégias de Enfrentamento Utilizadas por Pessoas Trans
no Contexto Escolar

Banca Examinadora:

Professora orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

Profa. Dra. Luciana de Oliveira Campolina

Brasília - DF

Dezembro de 2019

Agradecimentos

Aos meus pais, Raimunda e Claudio, por terem participado comigo da minha transição de gênero, pois, quando uma pessoa trans realiza sua transição, a família invariavelmente transiciona junto, para o bem e para o mal. O começo foi bem difícil, mas muitas barreiras foram rompidas. Atravessamos essa tempestade e saímos do outro lado fortalecidos enquanto família.

Ao meu irmão, Fernando, que esteve sempre disponível para me distrair com as comilanças, mas também, que me ligava de vez em quando só para jogar conversa fora. Sei que, às vezes, eu me isolo. Mas estou tentando mudar essa característica minha.

À minha orientadora maravilhosa, a professora Ana Flávia do Amaral Madureira, uma pessoa reta e exigente, mas extremamente humana e compreensiva, que está sempre disposta a ouvir e emprestar seu ombro amigo. Valeu a pena atrasar o meu curso para ter a oportunidade de aprender a fazer pesquisa com esse ser humano maravilhoso!

Às minhas amigas Luana, Phabiola, Laila e Daniela. Tenho certeza que poderia contar com qualquer uma delas agora, à 1h18 da manhã, para comer um espetinho e jogar conversa fora.

Aos meus queridíssimos amigos de trabalho (não só colegas) Mariana, Thelma, Maurício e Vítor. Vocês moram no meu coração! Quem topa um estrogonofe de fígado?

E seria muita prepotência agradecer a mim mesma? Se for, paciência. A mim, por não permitir que meus trinta e um anos de vida me esforçando para caber em uma fôrma que não me servia me tornassem uma pessoa amargurada e sem capacidade empática.

Etérea

*Uma bala quase hétero
Etérea, massa, complexo
De não se entender
Um canalha quase hétero
Ignorar e amor por complexo
Medo de nele se ver
É necessário quebrar os padrões
É necessário abrir discussões
Alento pra alma, amar sem portões
Amores aceitos sem imposições
Singulares, plural
Se te dói em ouvir
Em mim dói no carnal
Mas se tem um jeito esse meu jeito de amar
Quem lhe dá o direito de vir me calar?
Eu sou todo amor, medo e dor se erradicar
Feito sol que ilumina a umidade suspensa do ar
Homo, homo, homo
Homo, homo, homo
Homo, homo, homo
Homo sapiens errou*

(Criolo, compositor e rapper brasileiro, cisgênero e heterossexual)

Sumário

Resumo	viii
Introdução	1
1. A Formação Deficitária de Professores(as) como Ferramenta para a Heteronormatividade	11
2. Fundamentalismo Religioso e a Corrosão Paulatina da Laicidade	16
3. Problemas Relacionados à Busca de Passabilidade Cisgênero.....	22
4. Metodologia.....	27
4.1. Participantes	31
4.2. Materiais e instrumentos.....	32
4.3. Procedimentos de construção de informações.....	32
4.4 Procedimentos de análise.....	34
5 . Resultados e Discussão	36
5.1 Escola: um ambiente nada convidativo às pessoas trans.....	36
5.2 <i>Dejavu</i> : a repetição das violências escolares na vida em sociedade.....	45
5.3 Existir é Resistir	54
Considerações Finais	60
Referências	63
Anexos.....	67
Anexo A – TCLE	68

Anexo B – Tópico guia para realização da entrevista individual	70
Anexo C – Roteiro para realização da sessão de grupo focal.....	71
Anexo D – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP UniCEUB)	72

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar a perspectiva de pessoas trans em relação à educação formal como instrumento para desconstrução de preconceitos e promoção de autonomia em termos de pensamento e ação. Participaram da pesquisa três mulheres transexuais e uma pessoa transmasculina não binária. Foi utilizada uma metodologia de investigação qualitativa, com entrevistas individuais em profundidade e uma sessão de grupo focal. Foram utilizados, para realização das entrevistas um tópico guia com três questões disparadoras. Para a sessão de grupo focal, foram utilizados um roteiro e dois vídeos vinculados ao tema da pesquisa. Os áudios das entrevistas individuais em profundidade e da sessão de grupo focal foram gravados, mediante autorização dos(as) participantes da pesquisa, para possibilitar o trabalho de análise. Terminada a pesquisa de campo, os áudios das entrevistas individuais e da sessão de grupo focal foram integralmente transcritos e interpretados a partir de categorias analíticas temáticas construídas posteriormente ao término das transcrições. A partir da análise aprofundada das informações construídas, foi verificado que todas as pessoas trans entrevistadas experimentaram, em diferentes intensidades e ocasiões, o peso da transfobia, seja na escola, em família, no convívio social ou no trabalho. Foi confirmado que a escola foi um ambiente consideravelmente hostil para essas pessoas e que as dificuldades lá enfrentadas extrapolaram seus muros, as alcançando, também, em outras esferas da sociedade. Contudo, apesar das marcas deixadas por essas experiências, foi unânime a opinião de que a forma mais eficaz de combater a transfobia é fortalecer os laços sociais e frequentar os espaços socialmente tidos como interditos à população trans.

Palavras-chave: transfobia, escola, passabilidade, fundamentalismo religioso.

Introdução

Vivemos em um país extremamente violento quando o assunto são minorias políticas. Os casos de “linchamento virtual”, agressões (físicas, psicológicas ou simbólicas) e mesmo mortes tendo como alvo a comunidade LGBT¹, povos indígenas, pessoas negras e mulheres se multiplicam e se acumulam dia a dia, assistidos passivamente pelos órgãos governamentais.

Convém, nesse momento, pontuar que a comunidade LGBT é composta por uma miríade extensa de vivências e formas de identificação e inserção no mundo, de maneira que, para efeito de delimitação do escopo deste trabalho, será dado maior enfoque aos processos excludentes relacionados a pessoas trans e travestis.

Assevera-se, ainda, que serão utilizados nesta pesquisa os termos *trans* e seus derivados (*transexual, transgênero, transgeneridade, etc.*) e *cis* e derivações (*cisgênero, cisgeneridade, etc.*). O primeiro diz respeito à pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento. Já o segundo termo diz respeito à pessoa que se identifica com essa atribuição.

Geralmente, as pessoas trans investem em sua transição para serem reconhecidas no gênero oposto ao que lhe foi atribuído socialmente, mantendo a lógica binária de gênero (homem/mulher, masculino/feminino). Mas não podemos nos esquecer, também, das pessoas trans não-binárias. Estas compõem um universo particular e bastante recente em termos conceituais. Butler (2003), já problematizava a concepção binária de gênero ao afirmar que “não há razão para supor que os gêneros também devam

¹ Esta sigla abrange lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, mas não só esses grupos. Apesar da aparente limitação semântica, o intuito é abranger todos os prismas da sexualidade e identidade de gênero humanas. Alguns grupos adicionam letras à sigla no intuito de torná-la mais abrangente e inclusiva, como a mais atual LGBTQIA+. Essa sigla insere as iniciais que representam as pessoas não-binárias, intersexuais e assexuais.

permanecer em número de dois” (p. 24). As pessoas trans não-binárias, como o próprio termo sugere, rompe com a perspectiva binária *masculino* e *feminino*.

Nessa perspectiva, Reis e Pinho (2016) apresentam uma espectrometria das identidades não binárias:

- “- bigênero: pessoas que são totalmente de dois gêneros, sem que haja, entretanto, uma mescla bem delimitada entre os dois; qualquer combinação de gêneros é possível, não apenas a combinação feminino com masculino;
- agênero: identidade onde os indivíduos vivenciam ausência de gênero; tem sinônimos como não-gênero ou genderless;
- demigênero: termo para vários gêneros onde pessoas leem suas identidades como sendo parcialmente femininas ou masculinas e parcialmente alguma identidade não-binária; ou ainda, parcialmente agênero e parcialmente alguma outra identidade não-binária;
- pangênero: identidade que se refere a uma grande gama de gêneros que pode ultrapassar a finitude do que entendemos atualmente sobre gênero; e
- gênero fluido: identidade de pessoas que possuirão o espectro de gêneros em constante mudança, não sendo restrito a dois gêneros apenas.” (p. 15)

A existência das pessoas trans no meio social costuma ser fomento para debates a respeito dos papéis de gênero socialmente estabelecidos. Muito se discute e se questiona, principalmente nos dias atuais, em diversas mídias e espaços sociais, quanto à legitimidade dos quereres e fazeres de pessoas LGBT. Entretanto, como veremos a seguir, esses questionamentos em nosso país nem sempre se limitam ao campo do debate de ideias. Então, a título de exemplo, seguem algumas notícias de violências

físicas sofridas por pessoas trans e travestis em nosso país em janeiro e fevereiro de 2019.

Em 22 de janeiro, uma mulher trans foi assassinada em Campinas/SP após relação sexual com um homem cis². O assassino arrancou o coração da jovem e o levou para sua residência. Durante a realização desta pesquisa, houve uma atualização desse caso em 25 de outubro, quando o assassino foi absolvido sob alegação de se tratar de um caso de doença psiquiátrica³. No mesmo dia 22 de janeiro, uma travesti foi degolada em Várzea Grande/MT⁴. Vários sites, em flagrante desrespeito à sua identidade de gênero, divulgaram seu nome de registro.

No dia 04 de fevereiro, uma travesti foi morta a pauladas em Piracicaba/SP pelo namorado⁵. Em 07 de fevereiro, uma travesti foi atingida por disparo de arma de fogo no rosto em Teresina/PI e precisou passar por cirurgia para retirada do olho esquerdo⁶. Em 18 de fevereiro, uma mulher trans foi morta a facadas abaixo da axila após sofrer agressões verbais em um bar de Itapetininga/SP⁷. A repercussão midiática, bem como a comoção social diante de tais atos de barbárie, foi mínima.

A relevância da pesquisa a ser realizada se dá pelo fato de estarmos em um dos países que mais mata pessoas trans no mundo, de acordo com a ONG europeia *Transgender Europe – TGEU*⁸. Segundo essa organização, o Brasil ocupa a primeira colocação mundial quando se fala em números absolutos de mortes de pessoas trans.

² Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-01-22/travesti-assassinado-e-coracao-retirado.html>.

³ Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2019/10/homem-que-arrancou-o-coracao-de-travesti-e-absolvido>

⁴ Disponível em: <https://www.vgnoticias.com.br/policia/travesti-e-degolada-no-bairro-ouro-branco-em-vg/44644>.

⁵ Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2019/02/travesti-de-36-anos-e-assassinada-a-pauladas-pelo-namorado-em-piracicaba-sp>.

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/02/07/travesti-baleada-no-rosto-passa-por-cirurgia-de-retirada-do-olho-esquerdo-em-teresina.ghtml>.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2019/02/18/conselho-lgbt-acredita-que-morte-de-transsexual-foi-causada-por-transfobia-violencia-sem-tamanho-diz-presidente.ghtml>.

⁸ Mais informações em: <https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>

Entre 2008 e 2016, foram registradas 802 mortes em nosso país, quase sempre de maneira violenta. O México, segundo colocado nesse ranking, contabilizou 211 mortes, um número quase 4 vezes menor, nesse mesmo período.

Vale ressaltar que a própria *TGEU* estima que este número pode estar aquém da realidade, uma vez que essas estatísticas são construídas tendo como base buscas na *internet* e parcerias com ONGs desses países. Verifica-se, ainda, que esses homicídios foram motivados majoritariamente pelo fato dessas pessoas fugirem aos padrões de gênero estabelecidos nessas sociedades. Crimes motivados por um preconceito que recebeu, dentro da comunidade LGBT, o nome de *transfobia*.

Transfobia é um termo adotado pelas pessoas trans e travestis para dar nome a atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias motivadas por identidades de gênero que diferem da norma social vigente. Atualmente, não apenas a comunidade LGBT, como também o meio acadêmico adotou este termo para desenvolvimento de pesquisas envolvendo práticas discriminatórias contra essa parcela da população.

Os casos relatados anteriormente são situações extremas de violência física, mas há de se considerar também a violência simbólica praticada pelas instituições. Um exemplo é o Projeto de Lei 122/2006⁹. A ementa propunha alterar o texto da Lei 7716/1989, que define como crime práticas discriminatórias tendo como motivação o preconceito de raça, cor, religião ou procedência nacional, acrescentando ao seu texto os termos *orientação sexual e identidade de gênero*.

Após várias tramitações no Congresso Nacional, o projeto foi arquivado em 26 de dezembro de 2014, fortemente motivado pela ação de parlamentares ligados a bancadas religiosas, mas em 13 de junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) entrevistou e

⁹ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>

acrescentou ao texto da Lei 7716/1989 o disposto no PL 122/2006, como foi proposto inicialmente¹⁰.

Outro exemplo é o Projeto de Lei 5002/2013¹¹, que dispõe sobre a regulamentação da identidade de gênero a pessoas trans e travestis. O PL foi arquivado em 31 de janeiro de 2019, mas a partir de 15 de agosto de 2018 deixou de ser necessária, uma vez que o STF interviu ao publicar decisão favorável na edição 169/2018 do Diário da Justiça Eletrônico (DJE). Com essa publicação, a população trans tem facilitada a retificação de seu nome e gênero em documentos oficiais, já que não há mais necessidade de apelar à justiça ou apresentar laudos de qualquer espécie para tal intento. Basta apresentar a documentação necessária diretamente ao cartório onde a pessoa foi registrada ao nascer.

Em matéria de políticas públicas, cada conquista demanda grande esforço e é ainda pequeno o número de pessoas a lutar pelas demandas de homens e mulheres trans nos espaços de poder. Contudo, não é só nesse campo que a população trans está sub-representada. Como será discutido a seguir, essas pessoas costumam sofrer violências desde o seio da família, perpassando diversos outros contextos, como, por exemplo, a escola e o mercado de trabalho. O processo de transição de gênero, geralmente, ocorre sem suporte de qualquer espécie e pode levar ao adoecimento psíquico e físico desses sujeitos em razão do rompimento abrupto de suas relações parentais e sociais.

A situação dessa parcela da população no Brasil é preocupante e a maioria precisa recorrer à prostituição como meio de subsistência. De acordo com um levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018), esse índice em 2017 era de 90%. Ainda de acordo com esse levantamento, tal situação se dá “devido à dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e à deficiência na

¹⁰ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/pdf/PLC122.pdf>

¹¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>

qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar” (p. 18). Não são poucos os relatos de meninas e meninos trans expulsas(os) de casa ainda adolescentes, como será apresentado a seguir.

O descaso das instituições governamentais é tamanho, que organizações que pretendem levantar os números da violência contra a população trans dispõem, como fonte, apenas de notícias de jornais, postagens em redes sociais e relatos de pessoas locais que presenciaram o ocorrido. Soma-se a isso, vários casos que não são veiculados por qualquer mídia e, em outras situações, os boletins de ocorrência são registrados com tipificação incorreta, o que torna esse levantamento ainda mais problemático.

Contudo, a despeito de tais dificuldades, a ANTRA (2018) elaborou um mapa da violência contra a população trans, lançando mão dos recursos de que dispunham. A pesquisa foi feita pela organização, diariamente durante todo o ano de 2017, em portais de notícias e redes sociais. Também manteve contato com grupos de várias Unidades da Federação dedicados ao levantamento de dados que denotassem violação aos direitos humanos de pessoas LGBT.

Segundo esse levantamento, foram contabilizados 179 assassinatos de pessoas trans. Desse número 169 eram mulheres trans e travestis e 10 eram homens trans. Dos casos em que houve identificação do suspeito, apenas 18 foram presos. Outro dado alarmante, verificado após análise dos dados coletados, é que a idade média em que as travestis e pessoas trans são expulsas de casa pelos pais é de cerca de 13 anos e que a escolarização dessas pessoas é consideravelmente precária. Segundo esse levantamento, 72% não concluíram o ensino médio e 56% permaneciam sem o ensino fundamental completo.

Isso porque, em concomitância com a expulsão do seio familiar, em grande número, acontece a *expulsão escolar*. O termo em questão se refere a um ambiente que

não apresenta preocupação em acolher as diferenças como elas se apresentam, sobretudo quando essas pessoas não se enquadram nos padrões hegemônicos em termos de orientação sexual e identidade de gênero. Como formar vínculos com uma instituição que, provavelmente, irá negar seu acesso ao banheiro público e desrespeitará seu nome social?

Esse é um dos questionamentos levantados por Junqueira (2010). O autor analisa as relações sociais perpassadas pela naturalização da heterossexualidade na realidade brasileira e a relação entre a sociedade e o espaço escolar. Segundo seu entendimento, “a escola é um espaço obstinado de produção, reprodução e atualização dos parâmetros da *heteronormatividade*” (p. 212), que é por ele conceituada como “um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas, etc.) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero” (p. 212). O autor defende, de maneira vigorosa, a importância fundamental da construção de uma sociedade e uma escola mais justas, inclusivas, solidárias e livres de preconceito e discriminação.

A escola, como primeiro espaço de socialização longe do cuidado parental, costuma ser um ambiente bastante hostil a quem destoa dos padrões, em geral, valorizados socialmente (Fonseca, 2018; Junqueira, 2009, 2010; Louro, 1997). Essas violências, reproduzidas, muitas vezes, em idades ainda tenras e entre os(as) próprios(as) alunos, geralmente ocorrem com anuência dos(as) próprios professores(as) e funcionários(as) da escola. Com isso, percebemos que esse ideal de escola tem se distanciado da nossa realidade.

Resta discutir formas de inclusão dessa parcela da sociedade no ambiente escolar para possibilitar a subversão de práticas que as encurralam e invisibilizam. Contudo,

onde o recurso governamental e a vontade política são necessários para tais ações, a educação de parcelas menos favorecidas da população geralmente é precária.

A ficção nos dá pistas a respeito dessa precarização sob a perspectiva da manutenção do controle sobre a população menos favorecida. George Orwell (2009), em sua obra intitulada *1984*, conta a história de um personagem submerso em uma organização social em que há um esforço do governo vigente para manutenção do próprio poder por meio da publicação de notícias falsas e revisionismo de fatos históricos.

Além disso, a trama em questão descreve a implementação de um novo dialeto que intentava reduzir consideravelmente o poder de organização de palavras em sentenças e, por conseguinte, a organização de pensamento. A intenção do governo, nessa obra, era promover a redução paulatina do livre pensamento e, por conseguinte, produzir sujeitos dóceis e obedientes.

A história da humanidade também nos fornece subsídios valiosos para provocar em nós o questionamento a respeito da precarização da educação como uma espécie de projeto político de manutenção do *status quo*. Carl Sagan, astrônomo renomado que ganhou notoriedade entre as décadas de 1970 e 1990 com sua preocupação em tornar popular o conhecimento produzido no meio científico, publicou em seu livro *O mundo assombrado pelos demônios* (Sagan, 2006), entre várias reflexões, a história de um homem negro nascido no seio da sociedade racista do sul dos Estados Unidos no início do século XIX. Seu nome era Frederick Bailey.

Bailey foi separado de sua mãe antes de completar um ano de idade, situação essa corriqueira entre filhos de pessoas escravizadas. Naquela época, havia uma regra bastante reveladora: pessoas brancas que ensinassem negros a ler eram severamente punidos.

O próprio Bailey escreveu: “Para criar um escravo satisfeito, é necessário criá-lo estúpido. É necessário obscurecer a sua visão moral e intelectual, e, na medida do possível, aniquilar o poder da razão” (Sagan, 2006, p. 400). E Sagan completa logo a seguir: “É por isso que a leitura e o pensamento crítico são perigosos, na verdade subversivos, numa sociedade injusta” (p. 400). Bailey cometeu a “ousada rebeldia” de aprender a ler às escondidas, com a ajuda da esposa e do filho de seu senhor, encantados com sua sagacidade e sede de conhecimento.

Ao dominar o “mistério” da leitura, um novo mundo de significados se abriu para Bailey, que fugiu para Nova Inglaterra, no norte dos Estados Unidos, onde já era ilegal escravizar pessoas. Adotou o nome Frederick Douglass e se tornou um dos maiores oradores, escritores e líderes políticos da história estadunidense.

Ao traçarmos um paralelo entre a ficção retratada anteriormente, a história de Frederick e a situação de exclusão de pessoas trans em diversas esferas da sociedade, podemos perceber as tentativas, às vezes veladas, às vezes explícitas, de manter essas vozes caladas e esses corpos circunscritos a espaços previamente definidos de forma rígida. Mas percebemos, também, o poder transformador e, de certa forma, subversivo e revolucionário nesse contexto da educação, na formação de mentes pensantes e livres.

Essa premissa é defendida por Madureira, Barreto e Paula (2018) ao analisar criticamente a tramitação de um projeto de lei que, praticamente, expulsa do ambiente escolar alunos(as) com orientações sexuais e identidades de gênero diferentes da heterossexualidade cisgênero: o PL 193/2016, também conhecido como “Projeto Escola Sem Partido”.

O projeto em questão prevê alteração da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), incluindo uma série de proibições e obrigações a serem cumpridas pelos(as) professores(as), como forma de combater o que seus apoiadores

entendem por “doutrinação ideológica” dos(as) profissionais da educação exercida sobre os alunos dentro das salas de aula nas escolas brasileiras. Uma das proibições previstas nesse PL diz respeito às discussões sobre diversidade sexual e de gênero, algo fundamental para construção de um ambiente de respeito às diversas formas de se enxergar e se posicionar no mundo.

Diante do exposto, seguem os objetivos da presente pesquisa:

Objetivo geral: investigar a perspectiva de pessoas trans em relação à educação formal como instrumento para desconstrução de preconceitos e promoção de autonomia em termos de pensamento e ação.

Objetivos específicos:

a) Analisar a percepção de pessoas trans a respeito dos obstáculos enfrentados no decorrer de sua transição em contato com diferentes instituições sociais (família, escola e mundo do trabalho);

b) Entender a perspectiva das pessoas trans entrevistadas quanto a projetos pessoais e profissionais a serem alcançados e ações adotadas para concretização desses projetos;

c) Compreender as estratégias que as pessoas trans entrevistadas têm adotado para contribuir com o enfrentamento da transfobia.

1. A Formação Deficitária de Professores(as) como Ferramenta para a Heteronormatividade

Nascemos e permanecemos “mergulhados” em uma sociedade organizada em torno de uma concepção binária de gênero, alinhada a uma ideia determinante e “essencial” do que é ser homem ou mulher, atrelada basicamente aos nossos órgãos genitais. Assim, se a criança tem entre suas pernas um pênis, nossa cultura entende que seja “natural” que essa criança seja um menino e, por conseguinte, sinta atração por meninas no futuro. Mas não só isso. Esse indivíduo deve cumprir todo um código de condutas e práticas prévias à sua existência para atender às expectativas do contexto cultural que o circunda.

E, segundo essa lógica cultural, o inverso também seria determinante. Crianças que nasceram com vagina também carregam toda uma carga cultural prévia, como uma espécie de cartilha, com expectativas a serem cumpridas em função de seu órgão genital. Nesse sentido, Butler (2003) questiona a pertinência dessa determinação “natural”. Para a autora, estabelecimento compulsório da ordem sexo/gênero/desejo é extremamente problemático, pois a determinação dessa ordem se deu por uma construção social, não sendo simplesmente “dada pela natureza”.

Existe, também, o cuidado da autora em pontuar que não há, em seu discurso, qualquer tentativa de negar as diferenças biológicas e anatômicas entre os corpos dos seres humanos. A questão que ela deixa evidente é que até o estabelecimento de conceitos a respeito dessas diferenças biológicas também foi construído culturalmente.

Mas a simples menção a assuntos com essa temática, nos dias atuais, tem se tornado um grande desafio. Muito se tem difundido, hoje em dia, por uma parcela mais conservadora do cristianismo, um tema bastante controverso: o combate à *ideologia de*

gênero, tema da próxima seção teórica, mas que está intimamente ligado ao assunto que será apresentado a seguir.

Como foi mencionado anteriormente, as práticas discriminatórias entre alunos geralmente são assistidas por professores(as) e corpo técnico da escola com um certo ar de “normalidade”. Nesse contexto, Madureira e Branco (2015) realizaram uma pesquisa envolvendo, inicialmente, 122 professores(as) de sete escolas públicas do Distrito Federal. O objetivo da pesquisa em questão foi “analisar as concepções e crenças de professores(as) do Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª séries (atualmente 6º ao 9º ano) da rede pública de ensino do Distrito Federal em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade” (p. 580).

Na primeira etapa da pesquisa em questão, foram aplicados questionários que foram respondidos por 122 professores(as) de sete escolas públicas do Distrito Federal. Em um momento posterior, participaram 10 professores(as) de duas dessas escolas. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com cada participante e também quatro sessões de grupo focal em cada uma dessas escolas.

Um dos resultados significativos foi que a formação dos(as) professores(as) é deficitária no que diz respeito à educação sexual no contexto escolar. Esses(as) profissionais, geralmente, se formam sem entrar em contato com tais conteúdos. Sem o arcabouço teórico necessário, diante de situações que demandem a abordagem desses assuntos na escola, recorrem às suas referências pessoais, que nem sempre são suficientes no combate às práticas discriminatórias entre os(as) alunos(as) e, em alguns casos, essas referências pessoais podem até se alinhar a tais práticas.

Essas práticas discriminatórias costumam surgir a partir de estereótipos que desqualificam o *outro*, o *diferente*, o *estranho*, em razão do recorte social a que esse *outro* pertence. Mas esse *outro* é fundamental para que a minha identidade tome forma.

O *outro* pode possuir características que coincidam com algumas características minhas, mas o que o torna *outro* em relação a mim são suas diferenças. A diferença é o marcador simbólico principal das identidades entre indivíduos e grupos.

Essa análise é apresentada por Woodward (2000), que expõe um exemplo emblemático, relatado pelo escritor e radialista Michael Ignatieff (1994, citado por Woodward, 2000). O escritor em questão relata uma conversa com um miliciano sérvio em um período pós-guerra entre sérvios e croatas na antiga Iugoslávia. O miliciano, na ocasião, fez questão de desqualificar os croatas, afirmando sua diferença em relação àquele grupo. Na percepção do miliciano, os croatas se sentiam superiores e mais finos do que os sérvios. Mas, no final, o mesmo sujeito afirma que sérvios e croatas são todos “lixos dos Bálcãs” (p. 7), ou seja, guardam, também, muitas semelhanças entre si.

A autora também pontua que a identidade somente pode ser construída na relação com esse *outro*, sem o qual, não haveria a marcação simbólica da diferença. Mas essa marcação, que pode resultar em uma visão estereotipada do *diferente*, corre o risco de incorrer na desqualificação dessas diferenças entre o *eu* e o *outro*, o que caracteriza o preconceito.

Nesse sentido, Madureira (2007) apresenta uma discussão teórico-conceitual sobre preconceito. Para a autora, os preconceitos podem ser definidos como “fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo, que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos” (p. 42).

Um exemplo em que podemos apontar a manifestação do preconceito é apresentado por Woodward (2000), sobre a diferenciação culturalmente construída entre “alta cultura” e “baixa cultura”. Afinal, questiona a autora, o que seria essa “alta cultura”? Quais grupos a definiram assim? Esse tipo de classificação pode se configurar

em um terreno fértil para enrijecimento das fronteiras simbólicas entre os grupos que, de acordo com o exemplo citado, consomem a “alta cultura” e o restante da população.

De forma análoga, Junqueira (2010) questiona a valorização e naturalização da heterossexualidade em detrimento das outras diversas formas de expressão sexual e de gênero. A proposta do autor se alinha a uma política de valorização de todas as formas de expressão dentro do espaço escolar para formação de cidadãos(ãs) que respeitem as identidades dos que os circundam, o que promoveria a permeabilidade das fronteiras simbólicas entre diferentes indivíduos e grupos, conforme a discussão teórico-conceitual desenvolvida por Madureira (2007).

Mas o tensionamento entre projetos de cunho progressista e a ala conservadora de nossa sociedade é constante. Um exemplo icônico desse tensionamento foi o projeto “Brasil sem Homofobia” (Ministério da Saúde, 2004), uma iniciativa do Governo Federal na ocasião. O objetivo do projeto em questão era “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (p. 11).

Uma das premissas para alcance de tal objetivo era o ensino do respeito à diversidade, que seria feito de maneira transversal nas instituições de ensino brasileiras, o que se desdobrou em uma iniciativa de organizações da sociedade civil, em convênio junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), chamado *Escola sem Homofobia*¹². Então, sob o pretexto da proteção às crianças frente a uma “ameaça de sexualização precoce”, houve forte mobilização de diversos setores representantes do fundamentalismo cristão no sentido da proibição de sua implementação.

¹² Material disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>

O projeto em questão recebeu da ala fundamentalista cristã o apelido pejorativo “kit gay”¹³ e, por conta da pressão exercida por setores fundamentalistas cristãos em ascensão na nossa sociedade, foi vetado pelo Governo Federal em 2011. Dessa forma, podemos inferir que, para que o poder institucional do cristianismo fundamentalista permaneça em expansão, professores(as), como os(as) entrevistados(as) por Madureira e Branco (2015), devem permanecer sem ter contato com conhecimentos teóricos sobre o respeito à diversidade sexual e de gênero em suas formações.

¹³ Mais informações em: https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011?gclid=CjwKCAiA5o3vBRBUEiwA9PVzavbVts6pwLK5cEe5MXfZgMOPR2De4lXckLRDexsX0F6RZ-0TKB2A4BoCxEQAvD_BwE

2. Fundamentalismo Religioso e a Corrosão Paulatina da Laicidade

Em 1990, Butler (2003) já problematizava de maneira consistente a compulsoriedade da determinação sexo/gênero/desejo. Sua obra questiona as relações de poder culturalmente estabelecidas entre o masculino e o feminino. Também problematiza, dentre várias outras questões, a masculinidade como modelo centrado no falocentrismo, a figura do “sujeito” masculino, em oposição ao “Outro” feminino e a aparente “essência” do sexo determinado pelo órgão genital.

Apesar de não citar nessa obra os termos *transsexualidade* ou *gêneros não-binários* (pois são termos que ganharam maior visibilidade na contemporaneidade), o pioneirismo dos questionamentos levantados pela autora desde o início de sua carreira acadêmica, além contribuir para o fortalecimento desses públicos contra práticas discriminatórias, é referência de grande importância para outros(as) pesquisadores(as) que se mobilizam por esses temas e têm interesse em realizar pesquisas teóricas e empíricas.

Contudo, vivemos tempos estranhos ao redor do mundo e, em particular, em nosso país. Judith Butler veio ao Brasil para participar de um seminário sobre o tema “Os fins da democracia”, ocorrido em novembro de 2017 em uma unidade do SESC em São Paulo. Enquanto o evento acontecia, grupos conservadores do lado de fora da instituição protestavam contra sua participação, queimando bonecos com seu rosto, com cartazes “a favor da família” e com palavras de ordem para “queimar a bruxa”¹⁴.

Entre os manifestantes havia apoiadores dos, então, candidatos à presidência, respectivamente, do Brasil e dos Estados Unidos, Jair Bolsonaro e Donald Trump, uma

¹⁴ Título da matéria: “Filósofa Judith Butler é recebida no Brasil sob gritos de ‘bruxa’, protestos e bonecos queimados”. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2017/11/filosofa-judith-butler-e-recebida-no-brasil-sob-gritos-de-bruxa-pro.html>

organização de *skinheads* que se intitulava “nacionalista” e defensores da “intervenção militar”. Apesar de o seminário, de acordo com as notícias, tratar da relação conflituosa entre Israel e a Palestina, a manifestação se deu em razão de sua obra *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, publicada em 1990 e citada anteriormente. Os questionamentos feitos pela autora na ocasião têm levado grupos conservadores a acusá-la de ser “a personificação da *ideologia de gênero*”. Mas o que seria ideologia de gênero? Como surgiu esse termo? Quais são os objetivos dos grupos que o disseminam?

De acordo com o estudo realizado por Miskolci e Campana (2017), a primeira menção a uma aparente “ameaça” contra “a família e os valores morais” foi sinalizada em 1997 pelo então cardeal Joseph Aloisius Hatzinger, hoje, o primeiro papa emérito da história da igreja católica, em resposta à Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995. A conferência em questão tratava de estudos para implementação e ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Durante a conferência em questão foi reconhecida a condição de desigualdade estrutural das mulheres em relação aos homens e que somente poderia ser abordada sob a perspectiva integral de *gênero*, no sentido de diferenciar o sexo “biológico” da identificação de cada indivíduo. Miskolci e Campana (2017) analisam que o temor da ala conservadora da igreja católica se fortaleceu, também, após a eleição de mulheres advindas de partidos tidos como de esquerda à presidência em alguns países da América Latina, entre o final do século XX e início do século XXI, como Mireya Moscoso no Panamá em 1999, Michelle Bachelet no Chile em 2006, Cristina Kirchner na Argentina em 2006 e Dilma Rousseff no Brasil em 2010.

Contudo, ainda conforme o estudo realizado por Miskolci e Campana (2017), apesar das declarações do, então, cardeal Hatzinger em 1997, somente em 2007 a igreja católica usou pela primeira vez o termo “ideologia de gênero”, que ocorreu durante a V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe (CELAM), ainda sob efeito da conferência realizada pela ONU em 1995 e dos resultados das urnas nos países latino-americanos. O documento em questão ficou conhecido como “Documento de Aparecida”. Neste documento, a igreja afirma:

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (CELAM, 2007, citado por Miskolci & Campana, 2017, pp. 727-728).

Em paralelo, as igrejas neopentecostais, historicamente oponentes da igreja católica, uniram forças com esta no intuito de angariar notoriedade e capital político. E têm colhido seus frutos. Atualmente, a Câmara dos Deputados conta com partidos políticos fundados por igrejas neopentecostais e uma base cada vez maior de representantes.

Nosso atual presidente foi eleito com votos maciços de comunidades católicas e neopentecostais, além de outros segmentos da sociedade e está cumprindo seu papel no fortalecimento de sua base eleitoral conservadora. Sob a figura da “proteção da família, das crianças e dos valores morais” está a verdadeira razão pela qual a ala fundamentalista do cristianismo inflama seus fiéis contra qualquer projeto que vise a

assegurar direitos sexuais e reprodutivos a qualquer ser humano, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero: a manutenção do próprio poder por meio da defesa de apenas uma visão de mundo.

E como esse discurso fundamentalista recai sobre a comunidade LGBT e, de maneira particular, sobre as mulheres e homens transexuais?

De acordo com Reis e Eggert (2017), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, elaborada pela União em conjunto com os Estados, municípios e o Distrito Federal, foi subsídio para elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), que vigorou entre 2001 e 2010. Já o novo PNE, em processo de votação no decorrer do início da década de 2010, foi elaborado com a preocupação de incluir em seu rol menções a respeito de equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual. Em todo o texto do plano foi utilizada a flexão de gênero – por exemplo: professor(a) – com a proposta de sensibilizar a população quanto à importância da equidade de gênero (Reis & Eggert, 2017).

Ainda de acordo com os Reis e Eggert (2017), em dezembro de 2013, o Senado aprovou o texto com veto ao trecho “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. De volta à Câmara dos Deputados, a inflexão de gênero foi suprimida, de forma a manter a maioria dos termos do documento no gênero masculino. Esses parlamentares, bem como setores mais radicais das igrejas católica e neopentecostal, acreditam estar em uma espécie de “cruzada a favor da família” e, de forma similar a Dom Quixote e seus moinhos de vento, lutam contra “monstros” que só se configuram como tal para eles.

Em nenhum trecho do PNE ou dos Documentos Finais das Conferências de Educação, há qualquer menção ao termo “ideologia de gênero”; apenas a preocupação em garantir o respeito à equidade e à diversidade sexual e de gênero. Mas o poder e a

influência da igreja católica, apoiada circunstancialmente, neste caso, pelas igrejas neopentecostais, alcançam, ainda, boa parte do eleitorado, o que dificulta sobremaneira a possibilidade real de laicidade em nosso país. A igreja ainda detém o poder de eleger políticos que a aprazem e influenciar na destituição dos que são vistos como seus opositores.

A conclusão a que Reis e Eggert (2017) chegam é que todas as categorias vinculadas à palavra *gênero* são, para esse setor de fundamentalistas religiosos, uma ofensa à moral “cristã” e devem ser combatidas. Um projeto que pretendia, simplesmente, “contribuir para a superação das desigualdades educacionais” (p. 20) se transformou em um “demônio”, criado e alimentado em torno de falácias como a “legalização da pedofilia”, a “destruição da família” e o fim da “ordem natural”.

E a comunidade LGBT é uma das principais atingidas por essa tentativa institucional e paulatina de silenciamento, uma vez que o descolamento entre sexo, gênero, papéis e identidades de gênero (Butler, 2003) são constantemente postos à prova. O projeto *Brasil sem Homofobia*, citado na seção teórica anterior, foi vetado sob os mesmos argumentos de “defesa da família e da inocência das crianças”. Com isso, se mantém a situação denunciada por Junqueira (2009, 2010) a respeito da “demonização” de todas as práticas e vivências que diverjam da heteronormatividade.

Cabe, aqui, enfatizar o papel da Psicologia na contemporaneidade na promoção de uma cultura de respeito à dignidade e diversidade humanas, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em tempos em que o conhecimento científico produzido é utilizado por esses mesmos setores fundamentalistas religiosos de forma subvertida. Tal situação é apontada por Lionço (2017), ao denunciar o uso de retóricas científicistas e legalistas por parlamentares da bancada evangélica no Congresso Nacional para buscar a aprovação de seus projetos com motivação

estritamente religiosa, com foi o caso da tentativa de revogação da Resolução 001 de 22 de março de 1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A Resolução em questão versa sobre o compromisso da Psicologia em não oferecer tratamentos terapêuticos de reversão da sexualidade e não disseminar discursos e práticas discriminatórias contra pessoas que apresentam práticas homoeróticas. Essa Resolução vem sofrendo ataques constantes de alas conservadoras de nossa sociedade, tendo sido propostos dois Projetos de Decretos Legislativos (234/2011 e 539/2016) por dois parlamentares membros da, assim denominada, “bancada evangélica” da Câmara dos Deputados e chancelados por uma psicóloga que se autointitula “psicóloga cristã” e de um pastor evangélico de renome nacional que alega ter formação em Psicologia (Lionço, 2017).

Sob alegação de que a Resolução 001/1999 do CFP cerceia a prática profissional do(a) psicólogo(a) e a livre procura de demandas de reversão de orientação sexual pelo cliente/paciente, o que esses setores fundamentalistas realmente desejam é, como discutido anteriormente, impor aos demais setores da sociedade seus valores e crenças como os únicos a serem considerados válidos. Portanto, cabe a todos(as) psicólogos(as), em consonância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, atuar no sentido do fortalecimento da laicidade do Estado Democrático Brasileiro, da desconstrução de preconceitos e da promoção de existência digna para todos(as), independentemente do recorte social a que pertencem.

3. Problemas Relacionados à Busca de Passabilidade Cisgênero

Existe uma palavra que tem trânsito intenso na comunidade trans: *passabilidade*, termo esse, também, já presente na comunidade acadêmica, como é o caso da definição apresentada na Tese de Doutorado de Duque, 2013 (citado por Fonseca, 2018). Tal conceito tem a ver com o grau em que uma pessoa consegue “se passar por” pertencente a um outro grupo que, normalmente, não é o seu. Este termo foi importado do inglês *passing* (Kroeger, 2003, citado por Fütty, 2010).

No âmbito das orientações sexuais, há um termo que abrange características similares: o “não dar pinta” (Bento, 2017). Este termo faz alusão à pessoa que diverge da heterossexualidade, mas que “não dá pinta” de sua orientação sexual divergente e “se passa por” heterossexual. Essa costuma ser, literalmente, uma estratégia de sobrevivência para gays, lésbicas, bissexuais e assexuais. E é claro que esse estado de vigilância constante pode desencadear um profundo sofrimento psíquico. Madureira e Branco (2007) entendem que essa estratégia pode, ainda, ocasionar maior sofrimento quando a orientação não-heterossexual precisa ser ocultada de pessoas com as quais se têm um vínculo afetivo muito próximo, como pais, irmãos e amigos(as).

Mas quando se trata das identidades de gênero trans, nem sempre essa estratégia surte efeito. Como forma de tentar evitar episódios de violência transfóbica, alcançar alguma aceitação social e viver uma “vida normal”, muitas(os) mulheres e homens transexuais buscam, à sua maneira, alcançar algum nível de passabilidade, que, na vivência trans, significa “passar por” pessoa cisgênero.

Kroeger (2003, citado por Fütty, 2010) apresenta uma leitura curiosa do termo *passing* ao propor uma analogia com um dos eventos nefastos de nossa história recente. O exemplo apresentado pelo autor é o caso dos judeus alemães no período da 2ª Guerra

Mundial, que, para escapar dos horrores do Holocausto, “passavam por” outra etnia, como um “disfarce”. Muitos adotaram essa nova identidade no período pós-guerra, mas em seu íntimo, sabiam que era algo performático. De maneira análoga, para o autor, as vivências prévias das pessoas trans no gênero que lhes foi atribuído em seu nascimento suscita nelas um sentimento de não pertencimento, de fato, ao gênero que atualmente performam. Quando no cotidiano com outras pessoas, seu “disfarce” de pessoa cisgênero se coloca constantemente à prova, suscitando nas pessoas trans, muitas vezes, um sentimento de vulnerabilidade.

Como será discutido a seguir, esse sentimento não é infundado. Rosa (2017) realizou uma pesquisa que envolveu entrevistas semiestruturadas com seis pessoas LGBTs (um homem cisgênero gay, uma mulher cisgênero lésbica, um homem e uma mulher cisgênero bissexuais, um homem trans e uma mulher trans). O entrevistado trans em questão ainda não tinha alcançado, na ocasião, um nível “suficiente” de passabilidade, segundo sua percepção e, por isso, percebia olhares enviesados e “piadinhas” de pessoas estranhas constantemente, mas ele não se intimidava, até sofrer uma agressão física. Desde então, desenvolveu fobia social e transtorno de ansiedade, passando a adotar uma postura mais reclusa.

Ambas as pessoas trans entrevistadas por Rosa (2017) relataram um estado de alerta constante quando em contato com a vida em público. O medo de uma quebra dessa “cisgeneridade aparente” pode ocasionar grave sofrimento psíquico, pois, para além da diminuta possibilidade de inclusão na sociedade, essa “ruptura” pode representar um risco real à sua existência.

A agressão ao participante trans em questão indica que essa parcela da população, de maneira geral, está flagrantemente exposta à violência. Não obstante, apesar do exemplo citado anteriormente a respeito da agressão sofrida pelo participante do gênero

masculino, estatísticas levantadas por diversas organizações, dentre elas a ANTRA e a TGEU, citadas na Introdução, indicam que, nesse público, as principais vítimas de violências diversas são as travestis e mulheres trans.

Levando em consideração essas informações, Fonseca (2018), no intuito de construir conhecimentos científicos a respeito do preconceito a que essa parcela da população é exposta, entrevistou três psicólogos(as) com experiência no atendimento à população trans e também realizou uma sessão de grupo focal em que participaram três mulheres trans, uma travesti e um homem trans. Na ocasião, foi consenso entre os(as) participantes que, em sua percepção, as mulheres trans e as travestis estão mais expostas a abordagens violentas. Um dos motivos apontados pelo grupo foi que as travestis e mulheres trans são mais facilmente “reconhecidas” como não-cisgêneros.

O único participante do gênero masculino relatou que a diferença em seu convívio social após certo período de transição hormonal foi permeado, majoritariamente, por questões raciais. Como o participante era negro, sua percepção foi que ele saiu da posição de “mulher negra exótica” para “homem negro intimidador”. A transfobia relatada pelo participante ocorreu no ambiente profissional, onde ele havia iniciado a transição, pois alguns meses depois, foi demitido sem motivo aparente.

Aqui percebemos, também, questões relativas ao racismo. Nesse sentido, Bento (2017) tece algumas considerações levando em conta a imbricação quase que “umbilical” entre “raça” e “classe”, em uma perspectiva eurocêntrica, na sociedade brasileira. A autora recorda que, no início do século XX, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, fortemente ancorado nos postulados de Karl Marx, de luta entre a burguesia e o proletariado. A questão, alerta Bento (2017), é que negros e mulheres não eram nem burgueses(as) nem proletários(as), ou seja, a “teoria que orientava os movimentos sociais, ou antigos sujeitos coletivos, não conferia aos negros e às mulheres

qualquer *status* de sujeitos” (Bento, 2017, p. 48). E ainda nos dias atuais, mesmo com a forte atuação dos movimentos feminista e negro, as relações permanecem tanto mais desiguais quanto mais o indivíduo se afasta do padrão masculino hegemônico e eurocêntrico.

A constatação dos(as) participantes da sessão de grupo focal realizada por Fonseca (2018) a respeito de uma maior vulnerabilidade a situações de violência direcionada a travestis e mulheres trans também é ratificada por Bento (2017). A autora apresenta duas prováveis razões para tais ocorrências. Uma delas é o fato de essas mulheres pertencerem ao gênero feminino.

Em um país de cultura machista, que “ostenta” a 5ª colocação mundial em números de feminicídios no mundo¹⁵, em que o feminino é inferiorizado e objeto de subordinação ao masculino, a mulher trans é mais uma vítima da perseguição ao feminino. Além disso, Bento (2017) afirma, ainda, que o ataque ao feminino no caso da mulher trans alcança outro agravante, pois “A abjeção, o nojo, aquilo que a linguagem jurídica e o mundo não alcançam, não está nos corpos das mulheres não trans, mas na existência trans” (p. 60).

O que nos leva a outro motivo, este mais complexo, sobre a motivação para tais atos de violência, que é a transgressão do “masculino”, marcado em seus corpos pela presença do falo. Essas mulheres abriram mão de uma “posição natural de poder” estabelecida por um modelo hegemônico de masculinidade e provocaram uma desestabilização da ordem de gênero, “tornando seus corpos abjetos e, portanto, ‘elimináveis’” (Bento, 2017, p. 13).

¹⁵ De acordo com levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com o governo brasileiro, a taxa de feminicídios no Brasil entre 2003 e 2013 foi de 4,8 a cada 100 mil mulheres, o que confere ao nosso país o 5º lugar em assassinato de mulheres no mundo. Fonte: <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscamos-solucao/amp/>, recuperado em 10/10/2019.

É essa ideia desumanizadora em relação à existência das mulheres trans que “ (...) explica a perversa combinação entre a espetacularização desses assassinatos e a naturalização e a impunidade que caracterizam a maneira como essas mortes são percebidas pela sociedade e tratadas pelo aparato estatal” (Bento, 2017, p.13).

Levando em consideração as contribuições de Bento (2017), o Brasil tem se provado um “eficaz empreendedor” na eliminação de pessoas trans, haja vista o número de assassinatos cometidos contra pessoas trans em nosso país, apresentado na Introdução. Nesse sentido, Fonseca (2018) acrescenta outro elemento, aparentemente contraditório, mas que, na verdade, cumpre um papel de oposição complementar: esse mesmo Brasil que massacra e reprime a população LGBT e, por conseguinte, as pessoas trans, é o país que mais consome materiais pornográficos com a temática trans no mundo (Catraca Livre, 2016, citado por Fonseca, 2018).

De posse dessas informações, pode-se deduzir que a transexualidade, por si só, não é fator de adoecimento de pessoas trans. Em se tratando especificamente de pessoas trans, seu sofrimento psíquico tem fortes vínculos com o enrijecimento das fronteiras simbólicas entre os diferentes indivíduos e grupos (Madureira, 2007), o que favorece o massacre de pessoas trans, muitas vezes com o apoio expresso de diversos setores mais conservadores da nossa sociedade.

4. Metodologia

A realização de pesquisas utilizando uma metodologia qualitativa em Ciências Sociais exige uma sensibilidade ímpar, pois, conforme Minayo (2015), o(a) pesquisador(a) trabalha com “um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado” (p. 21). Ou seja, o mundo dos significados, das representações sociais, dos valores e crenças dos(as) participantes da pesquisa.

Convém, aqui, apresentar algumas considerações sobre o positivismo. Segundo Minayo (2015), “A principal influência do *positivismo* nas ciências sociais consiste na utilização da filosofia e dos conceitos matemáticos para a explicação da realidade” (p. 22). Dado esse paradigma, crenças e valores do sujeito de pesquisa são ignorados e os “dados visíveis e identificáveis” (Minayo, 2015, p. 23) seriam suficientes para explicar a realidade social. E a pesquisa qualitativa, via de regra, segue em um sentido diferente. Mas, como veremos a seguir, não há de se criar uma relação dicotômica excludente entre as metodologias quantitativa e qualitativa.

Neste sentido, Demo (2001) apresenta dois conceitos cotidianos que são, por ele, transpostos para a apresentar diferenças importantes entre os métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos: a extensão (quantidade) e a intensidade (qualidade). A construção de conhecimentos utilizando métodos quantitativos, geralmente, envolve adoção de uma perspectiva extensa. “Como o extenso é mais facilmente ordenável, sobretudo mensurável, é o preferido do método científico” (p. 17).

De forma similar, Demo (2001) defende que a realização de pesquisas com adoção de um método qualitativo tem por preocupação a construção de conhecimentos em profundidade. A análise de um único sujeito de pesquisa pode promover toda a profundidade que uma pesquisa sobre determinado tema requer.

Contudo, o próprio autor (Demo, 2001), chama atenção em relação à complexidade dessa aparente dicotomia extenso *versus* intenso. Segundo o autor, intensidade e extensão são complementares, razão pela qual não podemos considerar o primeiro em detrimento do segundo e vice-versa. O autor em questão transpõe esses conceitos para algumas situações para exemplificar a complementaridade entre esses dois conceitos, aparentemente, antagônicos.

Um dos exemplos apresentados é o dos partidos políticos. Um partido pode demonstrar sua força por meio da quantidade de filiados. Quanto mais filiados, maior e mais forte seria um partido. Entretanto, de nada adianta quantidade se esses filiados não forem engajados na defesa da visão de mundo do seu partido. Por outro lado, um partido com filiados engajados, mas muito pequeno em extensão, também terá um alcance consideravelmente limitado.

Outro exemplo que o autor utilizou foi o do cérebro. A dimensão extensa do cérebro (tamanho) é bastante relevante para que se cumpram as funções exigidas desse órgão. Não podemos esperar desempenhos equivalentes entre cérebros de tamanhos discrepantemente diferentes. Contudo, não podemos estabelecer uma relação direta entre extensão cerebral e inteligência.

A defesa de Demo (2001) no sentido da ruptura de uma aparente disputa quanto à validade das diferentes metodologias de pesquisa é bastante significativa, pois fica claro que não há uma melhor do que a outra. A indicação de uma estratégia metodológica específica depende, portanto, do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa.

Uma perspectiva diferente é apresentada por González Rey (2005) em termos epistemológicos: a Epistemologia Qualitativa. Nessa perspectiva epistemológica, desenvolvida pelo autor González Rey (2005), em sintonia com a psicologia histórico-cultural de Vigotski, sujeito e pesquisador colaboram mutuamente nessa construção e

são retirados da condição de meros coadjuvantes. Outra característica da Epistemologia Qualitativa é que as singularidades são entendidas como instâncias cientificamente válidas de construção do conhecimento.

E, considerando os objetivos desta pesquisa, foi escolhida para construção do conhecimento a metodologia qualitativa, inspirada em princípios da Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005). Para construção do conhecimento em questão, foram entrevistadas quatro pessoas trans, sendo três mulheres trans e uma pessoa trans masculina não-binária.

As pessoas foram convidadas a participar, cada uma de uma entrevista individual em profundidade e, posteriormente, de uma sessão de grupo focal. As entrevistas individuais foram realizadas em data, horário e local indicados pelos(as) participantes. Já na sessão de grupo focal, apenas duas pessoas participaram.

Aproveito este espaço para explicitar a dificuldade experienciada por mim para realização da pesquisa de campo, no sentido de alertar quanto à dificuldade em conseguir participantes de determinado grupo social.

Inicialmente, estavam previstas cinco entrevistas individuais. Como eu tenho maior contato com mulheres trans, não houve dificuldade em conseguir participantes do gênero feminino. Mas os participantes do gênero masculino com quem fiz contato apresentaram grande resistência, mesmo eu me identificando como uma mulher trans.

Não haveria dificuldades se eu me propusesse a entrevistar apenas mulheres trans. Entretanto, persisti na abertura para a escuta, também, de homens trans, pois poderia ser um elemento de enriquecimento do trabalho de análise, em termos analíticos e interpretativos.

Dificuldade semelhante foi relatada por Fonseca (2018), mas, em sua interpretação, o risco de rejeição se dava pelo fato de a pesquisadora ser uma mulher

cisgênero, o que despertaria desconfiança em relação à sua intenção com a pesquisa. Segundo a autora, as pessoas trans convidadas poderiam temer o risco de sua participação pender para a “exotização” de suas vivências.

De maneira geral, a individualidade de pessoas trans costumeiramente é invadida por questionamentos que são de foro íntimo, o que acaba, muitas vezes, por desumanizá-las(os) e tornar suas vivências um evento “curioso”, exótico”, como um passeio ao zoológico. Por essa razão, muitas pessoas trans se esquivam quando são convidadas a se expor em um ambiente desconhecido.

Contudo, ao realizar o contato com os homens trans de minha rede de relacionamentos, fiz questão de ressaltar que eu também sou transexual. E nenhum dos quatro homens trans contatados aceitou participar. Dois deles, inicialmente, aceitaram, mas não responderam a mensagens e tentativas de contato posteriores para marcar um horário para a entrevista individual; um terceiro não respondeu ao convite; outro, ainda, desmarcou a entrevista a poucos minutos do horário combinado. Sendo assim, e considerando o prazo exíguo para realização da pesquisa de campo, as entrevistas individuais ocorreram com três mulheres trans e uma pessoa não-binária.

Quanto à sessão de grupo focal, apesar do esforço empreendido para conciliar a agenda de todas as quatro pessoas entrevistadas, apenas duas compareceram no dia e horário marcados. Dessa forma, foi realizada uma reunião apenas inspirada na estratégia metodológica descrita por Gaskell (2002). De fato, o próprio autor adverte quanto a essa possível dificuldade de conciliação de agenda dos participantes, quando uma das estratégias propostas para realização da pesquisa de campo é o grupo focal.

Diante do exposto, considerando as impressões apresentadas por Fonseca (2018) sobre as razões de uma possível dificuldade em realizar a pesquisa de campo com pessoas trans, me permito acrescentar uma suposição de que existe uma característica

enraizada na cultura brasileira, que é a dificuldade em dizer “não”, com receio de aparentar rudeza. Mas, a despeito das dificuldades, e considerando os objetivos desta pesquisa, as entrevistas e a sessão de grupo focal apresentaram questões relevantes, que serão apresentadas a seguir.

4.1. Participantes

Participaram desta pesquisa quatro pessoas trans, sendo três mulheres trans e uma pessoa transmasculina não-binária. Os nomes dos(as) participantes foram alterados para garantir o sigilo em relação às suas identidade pessoais, mas foi oferecida a oportunidade de cada um(a) escolher seu nome fictício. O único critério para seleção dos(as) participantes desta pesquisa foi o seu pertencimento à identidade de gênero trans. Outros critérios, como idade, religião ou profissão dos(as) entrevistados(as) não foram entendidos como pré-requisitos para participação, mas estão representados, mesmo assim, no quadro sociodemográfico apresentado a seguir:

Dados sociodemográficos dos participantes:

Nome Fictício	Idade	Identidade de Gênero	Religião	Ocupação atual
Betânia	27	Mulher Trans	Espírita Kardecista	Modelo
Ciborgue Amoroso	36	Pessoa Transmasculina Não-binária	Sem religião	Assistente Social
Shangella	26	Mulher Trans	Católica	Garota de Programa
Súrya	26	Mulher Trans	Católica	Estudante

4.2. Materiais e instrumentos

Para as entrevistas individuais, os materiais utilizados foram um gravador de voz do aparelho celular da pesquisadora e vias impressas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A). Para o grupo focal, foram utilizados um gravador de voz e um laptop. Como instrumentos, foram utilizados tópico guia com três questões disparadoras para as entrevistas individuais em profundidade (Anexo B) e roteiro para realização do grupo focal (Anexo C). Também no intuito de fomentar a discussão no grupo focal, foram exibidos dois vídeos em que uma professora transexual conta sua trajetória¹⁶.

4.3. Procedimentos de construção de informações

A pesquisa de campo ocorreu após parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP UniCEUB) (Anexo D) e anuência dos(as) participantes, via leitura atenta e assinatura do TCLE. Foi utilizada a metodologia qualitativa para construção das informações na pesquisa de campo.

As entrevistas individuais em profundidade foram realizadas em data, horário e local mais convenientes para os(as) participantes, com a condição de que o local permitisse à(ao) entrevistada(o) se sentir à vontade. Já o grupo focal, foi realizado em uma sala com os recursos necessários à sua realização e que garantisse o sigilo em relação às identidades pessoais dos(as) participantes.

Foi esclarecido aos(às) participantes sobre a necessidade de gravação dos áudios das entrevistas individuais e da reunião de grupo focal para possibilitar sua transcrição e análise posterior. Foi enfatizado que apenas a pesquisadora teria acesso aos áudios das entrevistas e da reunião de grupo focal, que a participação é voluntária e a desistência

¹⁶ Vídeos disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=v4vRnMpezSA&t=25s> e <https://www.youtube.com/watch?v=aYzHWhrHB6s&t=5s>

poderia ocorrer em qualquer etapa da pesquisa sem ônus de qualquer espécie para o(a) participante.

Além disso, os(as) participantes foram informados(as) sobre a adoção de estratégias no sentido de preservar o sigilo em relação às suas identidades pessoais. Foram adotados nomes fictícios, escolhidos pelos(as) próprios(as) participantes e os trechos das falas que, de alguma forma, pudessem identificar o sujeito foram alteradas, mas mantendo o seu contexto. Foi esclarecido, ainda, que não havia respostas certas ou erradas. Os custos para realização desta pesquisa foram providos pela própria pesquisadora.

Sobre as peculiaridades que podem indicar a realização de entrevistas individuais ou grupais, Gaskell (2002) afirma que, nas entrevistas grupais (grupo focal), existe a possibilidade de abordar assuntos de preocupação comum e observar o comportamento dos entrevistados frente a diversas opiniões que surgem entre eles(as) sobre determinado assunto, algo impossível em entrevistas individuais. Contudo, uma dificuldade inerente ao grupo focal reside na conciliação das agendas de todos(as) os(as) participantes.

Duas ferramentas são bastante utilizadas nas entrevistas em profundidade e nas reuniões de grupo focal, de acordo com Gaskell (2002). Uma delas é o tópico guia. Este seria uma pequena lista elaborada pelo(a) pesquisador(a) de temas que são entendidos como relevantes para construção dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento de sua pesquisa. Os temas que compõem o tópico guia devem ser escolhidos com cuidado, levando em consideração os objetivos da pesquisa. Contudo, o(a) pesquisador(a) deve tomar o cuidado de não enrijecer a estrutura das entrevistas.

A outra são os recursos audiovisuais. Gaskell (2002) argumenta que recortes de frases, imagens, fotografias ou até encenações podem facilitar, sobretudo na sessão de

grupo focal, a discussão do tema pelos(as) participantes da pesquisa. De acordo com Loisos (2002), atualmente, vivemos em uma sociedade cada vez mais influenciada pela comunicação dada por elementos visuais, como fotografias e vídeos. E, por conseguinte, “o ‘visual’ e a ‘mídia’ desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica” (p. 138), se configurando em fatos sociais. Portanto, para o autor, a utilização de recursos audiovisuais pode contribuir sobremaneira para o enriquecimento das contribuições dos(as) participantes, seja em uma entrevista individual, seja em uma sessão de grupo focal.

Dessa forma, uma vez que eu tinha conhecimento prévio sobre a história da professora transexual Laysa Machado, entendi ser pertinente apresentar, no início da sessão de grupo focal, dois vídeos por ela protagonizados, sobre as estratégias adotadas para enfrentamento da transfobia na escola em que lecionava na ocasião, com o intuito de estimular o debate entre os(as) participantes na sessão de grupo focal.

4.4 Procedimentos de análise

Após transcrição dos áudios das entrevistas e da sessão de grupo focal, os trechos mais significativos foram identificados e foi utilizado o método de Análise de Conteúdo Temática para nortear o trabalho interpretativo. De acordo com Gomes (2004), em pesquisas que utilizam uma metodologia qualitativa, essa perspectiva permite analisar trechos de falas das pessoas entrevistadas dentro de determinado contexto, buscando os *núcleos de sentido* que dialogam com a fundamentação teórica.

Esses *núcleos* servem como insumo para elaboração de categorias analíticas temáticas. Portanto, são o elo entre a fala do(a) entrevistado(a), os pressupostos e os objetivos da pesquisa. Por esse motivo, Gomes (2004) recomenda, previamente, a realização de “uma leitura compreensiva do material selecionado, de forma exaustiva”

(p. 91), no intuito de aproveitar ao máximo as contribuições dos(as) participantes. Dessa forma, permite-se a organização de análises sobre aspectos convergentes e divergentes nas falas dos(as) participantes, considerando os objetivos da pesquisa.

Seguindo as recomendações de Gomes (2004), após a realização da pesquisa de campo e da transcrição dos áudios das entrevistas, três categorias analíticas temáticas foram construídas, em conjunto com a professora orientadora: a) Escola: um ambiente nada convidativo a pessoas trans; b) *Dejavu*: a repetição das violências escolares na vida em sociedade; e c) Existir é resistir.

5 . Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados mais relevantes construídos na pesquisa de campo, levando em consideração as categorias analíticas temáticas apresentadas anteriormente.

5.1 Escola: um ambiente nada convidativo às pessoas trans

A força motriz que moveu o desenvolvimento desta pesquisa foi a possibilidade de promover um contexto favorável no meio acadêmico à participação de um grupo, por vezes, empurrado aos guetos da marginalização. E como mulher trans que também sou, aproveito o privilégio de que disfruto (ter trabalho formal, ser concursada, estar em vias de finalizar minha segunda graduação) para me esforçar nesse sentido.

Outras pessoas têm essa mesma preocupação, como é o caso das participantes da pesquisa de campo realizada por Franco e Cicillini (2015). As pesquisadoras apresentam falas das professoras trans Sarah e Sayonara, entre outras, a respeito da representatividade de grupos historicamente marginalizados ocupando posições pouco comuns em nossa sociedade:

Sarah contou do impacto vivenciado por alunos/as quando chegam à escola:

“Quando chegam e veem minha figura, já pensam: Meu Deus, se o professor é diferenciado, porque que os meus colegas que são diferenciados eu não vou respeitar?” (Sarah, Bom Jardim-GO, fevereiro de 2013). Sayonara acrescenta, ainda, que sua presença na escola instiga nessas alunas o desejo de concluírem a educação básica e ingressarem na universidade: “Elas me veem e pensam assim: Ah! Ela é professora. Eu também posso ser alguma coisa. Não preciso ir para a

rua” (Sayonara, Uberlândia-MG, janeiro de 2013) (Franco & Cicillini, 2015, p. 343).

Entretanto, sobretudo para as pessoas trans, essa mudança de perspectiva tem se revelado, no mínimo, desafiadora. Dentre as pessoas entrevistadas para realização desta pesquisa, Ciborgue Amoroso, Súrya e Shangella foram categóricas ao afirmar que sofreram preconceito durante a fase escolar. Neste sentido, Súrya conta que sofreu com “piadinhas” desde a infância e essa situação perdurou durante toda a sua vida escolar:

“Amiga, terrível. Tanto que eu lembro que a primeira vez, quando eu sofri com algum tipo de piadinha e tudo foi bem cedo. Foi na época da pré-escola ainda. Eu tinha o que, uns 6, 7 anos! (...) E aí eu lembro que ele adorava ficar me chamando de viadinho, de num sei o que. E eu via que a for... eu, eu vendo que, ele fazendo isso, ele praticando esse bullying e coisa e tal, ele conseguia uma comoção das pessoas, entendeu? As pessoas gostavam” (Súrya, entrevista individual).

E as situações de discriminação não ficavam circunscritas ao espaço da escola, como pode-se perceber na fala de Súrya a seguir:

“(...) eu me lembro principalmente na época do ensino médio...teve um período que eu chegava da escola, nessa época eu até morava com a minha mãe. Eu lembro que, toda vez eu chegava da escola chateada. Na maioria das vezes eu chegava da escola chorando. Porque sempre alguém na... no meio do caminho tinha que fazer uma piadinha, sempre alguém tinha que fazer uma palhaçada...

‘ah, é viado! Ah, olha a bicha! Ai, a florzinha, ai num sei o quê! Ai, vira homem, bla bla bla’” (Súrya, entrevista individual).

Junqueira (2010) classifica eventos como o sofrido por Súrya com o nome *pedagogia do insulto*. Segundo o autor, caso o olhar perscrutador da instituição e de seus “atores” perceba comportamentos percebidos como incongruentes com a heteronormatividade, mecanismos são acionados no intuito de “corrigir a rota” do indivíduo destoante. O autor apresenta reflexões a partir da problematização de relatos de profissionais inseridos nas instituições de ensino a respeito de práticas de hierarquização das sexualidades e seus efeitos naqueles ambientes.

Um dos exemplos citados pelo autor a respeito dos “atores” que fiscalizam, com rigidez, o cumprimento da norma heterossexual é o da observação de um menino de 5 anos segurando um balão rosa na saída da escola, aguardando a chegada do pai, em um dia qualquer no cotidiano das instituições de ensino. O autor conta que o menino foi o último a pegar um balão, disponibilizado pela escola na saída dos alunos, e que os balões azuis tinham se esgotado.

Enquanto aguardava a chegada do pai, o menino se esforçava para justificar a todos que passavam quanto ao motivo de seu balão ser rosa. De acordo com a interpretação de Junqueira (2010), a tensão do menino residia na possibilidade de questionamento de seu pai sobre a sua masculinidade.

O autor revela, ainda, que o aluno, nesse ínterim, não recebeu nenhum suporte da professora ou de qualquer outro funcionário da escola. E a coordenadora pedagógica, ao invés de aproveitar aquele momento para propor alguma intervenção no sentido da desconstrução dessas normas rígidas de gênero, solicitou que não fossem mais disponibilizados balões rosa para as crianças. Na maioria dos casos, esses seriam os

atores socialmente estimulados a vigiar o cumprimento da heteronormatividade e que incentivariam ou, no mínimo, ignorariam as agressões sofridas por Súrya dentro e fora da escola.

Se levarmos em consideração a atuação da coordenadora pedagógica naquele momento, podemos nos remeter à discussão desenvolvida por Madureira e Branco (2015) sobre a falta de preparo na formação de profissionais da educação para tratar de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, o que poderia preparar esses profissionais para lidar com questões complexas, mas fundamentais, como o acolhimento de pessoas LGBT no ambiente escolar, ou o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Mas também os(as) prepararia para questões aparentemente simples, como um mero balão cor de rosa nas mãos de um menino.

Ciborgue Amoroso também sofreu agressões desse tipo em seu período escolar, como pode ser visto no trecho a seguir:

“(...) então, eu me lembro muito bem que tinha uma novela que tinha uma personagem chamada Buba (...) Que era uma “hermafrodita”, que o termo correto hoje é intersexo, e assim, durante anos a novela já tinha acabado e me chamavam de Buba (...) aí tinha apelidos horríveis, de Maria Machado, né, tipo não sabe se quer ser homem, se quer ser mulher... e isso me acompanhou, assim, ao longo da minha trajetória” (Ciborgue Amoroso, entrevista individual).

O que diferencia Súrya de Ciborgue Amoroso foram as estratégias de enfrentamento utilizadas. Enquanto Súrya, nesse período de sua vida, adotou uma postura pouco combativa, possivelmente em razão da precocidade em vivenciar tais situações violentas, Ciborgue Amoroso afirmou que: *“(...) Sim, fazia parte a zoeira,*

enfim... eu sempre fui muito moleque, assim, moleca. Sempre tava no meio, ali, então eu gostava de uma malandrangzinha, por mais que eu tivesse por dentro morrendo, me doendo, mas eu tentava não transparecer” (Ciborgue Amoroso, entrevista individual).

Ciborgue Amoroso também investiu nos estudos para conseguir boas notas e, com isso, tentava negociar alguma “trégua” com seus agressores em troca de ajuda na realização de trabalhos escolares. Essa estratégia também foi adotada por Shangella, como explicitado em sua fala: *“Eu ajudava pra tentar, pra tentar aliviar pro meu lado, entendeu? Pra que ‘ah... vai que ele pensa que eu sou legal e não pega tanto no meu pé?’ E dava certo mesmo*” (Shangella, entrevista individual).

Essa estratégia também é mencionada por Junqueira (2009), como uma tática para “quem sabe, serem tratados como ‘iguais’” (p. 217). Mas o autor alerta para a problemática dessa estratégia, pois esse resultado, aparentemente, positivo é fruto, em grande medida de uma tentativa desesperada de aceitação mínima em um ambiente ostensivamente hostil e brutalmente adoecedor.

Franco e Cicillini (2015) também perceberam no relato das participantes de sua pesquisa uma necessidade de que seu rendimento escolar superasse a média, como forma de “amenizar os processos de exclusão e violência” (p. 335). Ambas as publicações chamam atenção em relação aos fatores que desencadearam essa melhora significativa no desempenho escolar e que não podemos perder de vista: a escola costuma ser um ambiente extremamente aversivo e violento para as pessoas que são, ou aparentam ser, LGBT.

Nesse mesmo sentido, Rolim (2008, citado por Bohm, 2009) estabelece uma relação direta entre práticas discriminatórias no ambiente escolar, o baixo desempenho e a “evasão (ou expulsão) escolar” (Bohm, 2009, p. 48), para além de outros malefícios, como “altos níveis de estresse, depressão e ideações suicidas” (Bohm, 2008, p. 48). A

relação estabelecida pelo autor em questão é corroborada pelo levantamento realizado pela ANTRA (2018), citado na Introdução.

No intuito de levantar dados a respeito de situações de violência a que estariam expostas travestis e mulheres trans, Bohm (2009) aplicou um questionário direcionado a essa população. Em um segundo momento, realizou entrevistas semiestruturadas com vinte travestis e outras cinco entrevistas com pessoas que guardam relações próximas com esse público, no intuito de investigar as relações que as travestis e pessoas trans estabelecem com o ambiente escolar.

Do público de travestis entrevistadas por Bohm (2009), todas as participantes afirmaram ter sofrido discriminação por parte de colegas e professores(as), o que denota o altíssimo nível de exposição dessas pessoas a situações de violência e abandono institucional.

A única participante que entrevistei e que relatou uma experiência positiva no ensino médio foi Betânia:

“É o que eu acho... só o que eu queria deixar registrado, assim muito forte, é isso. Que na minha época de ensino médio, 2008 até 2010... basicamente do ano de 2009 pra 2010. Porque 2008 num teve isso não. 2009, 2010 eu tive um... eu, eu presenciei o que eu acho que tem que ser a regra pra população trans em idade escolar (...) e eu acho que a escola devia ser um ambiente onde a pessoa, ela se sintia bem” (Betânia, entrevista individual).

Nesse trecho, Betânia relata o período de seu ensino médio, cursado em uma escola pública do Distrito Federal, em que a direção e demais funcionários(as) e professores(as) respeitavam e acolhiam as pessoas em suas diferenças. Ela conta que

suas demandas foram atendidas antes mesmo de que ela percebesse que eram demandas suas, pois, a adoção de nome social e a utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero lhe foram oferecidas pelo diretor ainda no período em que ela era lida socialmente como um “menino gay”¹⁷. “*Eu me senti acolhida sem nem saber que tava sendo acolhida, mas assim, foi um acolhimento*” (Betânia, entrevista individual).

Entretanto, a participante revelou que esse ambiente acolhedor, infelizmente, se extinguiu nos anos seguintes:

“Na questão de ensino, pra mim o ideal seria que todo mundo vivesse essa regra, que essa regra de exceção que eu vivi fosse a regra, não fosse a exceção. Porque depois de um tempo, na mesma escola que estudei, quando eu voltei... isso tinha sido extirpado! Cabô! Nem se falava de pessoa trans! Nem se falava de botar apelido no, no... na chamada nem nada. Eu fiquei pensando ‘gente que retroc...’ gente, retrocesso (...) Eu voltei em 2013, aí foi quando eu descobri que tinha acabado” (Betânia, entrevista individual).

A respeito da fala de Betânia, cabe mencionar que Madureira (2013) enfatiza a necessidade, particularmente no contexto escolar, de possibilitar um ambiente que garanta o respeito e a valorização da diversidade inerente à condição humana, apesar de, historicamente, ter sido instrumento de produção e reprodução de “desigualdades tão arraigadas em nossa sociedade (em termos de classe, etnia, gênero, orientação sexual, etc.)” (p. 57).

¹⁷ Apesar de grande parte das pessoas trans questionarem o próprio gênero, atribuído socialmente, desde muito cedo, a leitura de sua imagem pelo olhar do outro adquire importância significativa, uma vez que não basta à mulher trans saber que ela é uma mulher (ou o contrário, no caso dos homens trans). Haverá, em grande medida, uma demanda de que a sociedade à sua volta também a veja como tal. Sendo assim, esse termo é bastante utilizado na comunidade LGBT para expressar a “leitura” que as pessoas à nossa volta fazem de nós.

Voltando à questão do uso de banheiros públicos, citado por Betânia, vale acrescentar que as outras três pessoas entrevistadas relataram dificuldades, receios e até episódios de represália. Ciborgue Amoroso relatou um caso recente, ocorrido na faculdade em que estuda:

“Mas, né, eu tenho sofrido na universidade como um todo, principalmente na questão dos banheiros. (...) eu já ouvi piadinha lá na universidade, né? É um lugar que me deixa temeroso, assim, quando eu vou pro banheiro sinto tipo calafrio, começo a ficar nervoso, não sei como vai ser a reação das pessoas, porque se eu vou no banheiro feminino, elas falam “não, aqui não é o seu lugar”. Se eu vou no masculino, pode começar a me chamar das coisas mais horríveis (...) eu já ouvi piada, teve um cara que ficou meio que me seguindo, assim, meio que me encarando lá na universidade, né, mas eu não fico confortável. Então, isso é até ruim, né, a gente, enfim, a gente luta por existir, né? É o mínimo que a gente pode acessar” (Ciborgue Amoroso, entrevista individual).

A fala de Ciborgue Amoroso é preocupante, pois a simples utilização de uma instalação pública de uma instituição de ensino, algo corriqueiro e banal para pessoas cis, pode ensejar ameaças e agressões físicas contra pessoas trans, como denuncia Junqueira (2010).

Súrya e Shangella, por sua vez, não apresentaram relatos nesse sentido no ambiente escolar, pois Súrya, apesar de ter começado sua terapia hormonal ainda no ensino médio, revelou sua identidade enquanto mulher transexual após esse período. Sua dificuldade surgiu no ambiente de trabalho, como será abordado na próxima

categoria analítica. Já Shangella afirma que não houve problemas em sua incursão nesse espaço no período em que cursou a educação básica.

Shangella, atribui, com tristeza, essa aparente conformação da coordenação de sua escola ao fato de ser “passável” por mulher cisgênero, resgatando a discussão apresentada por Kroeger (2003, citado por Fütty, 2010) mencionada na terceira seção teórica, sobre a passabilidade como disfarce e estratégia de sobrevivência: *“Eu acho que não deveria ser assim porque eu acho que, independente de ser passável ou não, a pessoa tem que ter o respeito, tem que ter o espaço dela em qualquer lugar, em qualquer ambiente”* (Shangella, entrevista individual).

O relato de todos(as) participantes desta pesquisa levam à compreensão de que, mesmo nas situações em que não houve dificuldades em relação ao uso do banheiro público, essa dificuldade é cogitada. Em todas as situações apresentadas pelos(as) participantes, houve a necessidade de autorização de um terceiro para cancelar sua incursão nesse espaço.

A dificuldade em simplesmente frequentar um banheiro público é relatada pelas participantes da pesquisa realizada por Bohm (2009), Junqueira (2010) denuncia essa dentre outras dificuldades de pessoas trans no espaço escolar, como, por exemplo, o respeito ao nome social, que o autor classifica não como um apelido, mas como “o resgate da dignidade humana, o reconhecimento social da legitimidade e de sua identidade tal qual ela se percebe” (p. 223).

Como das pessoas trans entrevistadas, apenas Shangella assumiu sua identidade de gênero no período escolar, somente ela apresentou estratégias no sentido da busca por respeito ao seu nome social por professores(as) e colegas de classe: *“Mas na hora da chamada era triste, porque chamavam pelo meu nome. Aí eu não falava nada. Mas na hora que terminava a aula eu corria no professor, e pegava ele na saída e falava*

assim ó: ‘eu sou uma pessoa trans. Você pode mudar meu nome?’” (Shangella, entrevista individual).

De acordo com a participante, não houve resistência dos professores, mas, mesmo com seu nome de registro riscado e sobreposição de seu nome social, alguns professores eventualmente a chamavam pelo nome de registro durante a chamada, o que levantou suspeitas: “(...) *ou eles faziam isso de propósito, ou eles eram desatentos mesmo (...)*” (Shangella, entrevista individual).

Nesse sentido, cumpre afirmar que, como reiterado em outras situações no decorrer desta pesquisa, pessoas trans são, antes de tudo, *pessoas*, gente de carne, osso, vísceras, sentimentos, contas a pagar, sonhos e projetos. E o que tem faltado à nossa sociedade, na percepção dos(as) participantes desta pesquisa leva um nome, ao mesmo tempo, singelo e poderoso: empatia.

5.2 *Dejavu*: a repetição das violências escolares na vida em sociedade

Como discutido na seção introdutória desta pesquisa, o Brasil ocupa o vergonhoso pódio entre os países que mais violentam e matam pessoas LGBT no mundo. E, em grande número, essa violência é direcionada às pessoas do segmento T (transexuais, travestis e transgêneros). Diante desse quadro, estratégias de sobrevivência são adotadas por esse segmento, como, por exemplo a da passabilidade.

A problematização apresentada por Kroeger (2003, citado por Fütty, 2010), sobre a passabilidade como uma espécie de disfarce, foi compartilhada na sessão de grupo focal por Súrya e Shangella. Ambas afirmaram que essa estratégia funciona como uma camuflagem, como apresentado no diálogo a seguir:

“Shangella: É uma forma de, de burlar o preconceito. De se esconder. Ter uma passabilidade. A gente fala ah, de que isso não é importante mas é, é...”

Súrya: Ai gente, é importante sim.

Shangela: É um aliado, não na luta do preconceito em relação...

Súrya: Na situação de você se livrar de muitas situações ruins, entendeu?

*Shangella: De sofrer preconceito. Você **meio que escapa um pouco do preconceito** (grifo meu)” (Shangella e Súrya, grupo focal).*

A fala das participantes no sentido da passabilidade como cumpridora de uma função (dirimir as chances de sofrer agressões físicas e verbais) no convívio social de pessoas trans converge com as falas das pessoas trans entrevistadas por Rosa (2017), mas o contexto da fala de Shangella, destacado anteriormente, é revelador no sentido de que a passabilidade não é garantia de livre acesso a espaços comuns, ou de solução para as situações de violência cotidiana a que pessoas trans estão expostas.

Nesse sentido, Shangella relatou, durante sua entrevista individual, um episódio em que se divertia em um parque de diversões e, em determinado momento, foi ao banheiro:

“Recentemente eu fui em um parque em Belo Horizonte, um parque de diversões. E tinha muita criança dentro do banheiro, muita menina criança. Então eu fiquei tremendamente constrangida, tentei esconder o rosto, tentei assim “ai, que não me percebam. Não percebam nada”. Não falei com ninguém, fiquei de cara fechada pra ninguém olhar pra mim, pra ninguém falar comigo. Porque eu fiquei realmente um pouco com medo de eu estar lá dentro e as mães reclamarem pra parte de segurança de que existia uma pessoa que não deveria estar lá dentro daquele banheiro. Então evitei ao máximo, fiquei constrangida realmente, saí de lá e mal lavei as mãos” (Shangella, grupo focal).

Esse desconforto das pessoas trans em relação à constante iminência de ter seu “segredo” revelado à sua revelia também é abordado por Rosa (2017), como mencionado anteriormente. Nesse sentido, a busca incessante por um ideal de passabilidade pode, também, ocasionar sofrimento e adoecimento psíquico. Surya também revelou, durante a sessão de grupo focal, que enfrentou dificuldades relacionadas com o uso de banheiros públicos no início de sua transição de gênero. A situação ocorreu na academia em que frequentava e na empresa onde trabalhava na ocasião:

“Eu lembro também que no mesmo período eu comecei a fazer academia no SESC. Aí eu ia no banheiro masculino, era terrível, né? Que os homens são terríveis. Eu lembro que tinha uns que ficavam sempre de palhaçada. Falava ‘ai, que que isso tá fazendo aqui? Que que essa coisa tá aqui dentro?’ Sabe, nunca diretamente pra mim, mas buchichos entre eles, que dava pra mim ouvir nitidamente. E aí eu peguei e passei a usar o banheiro feminino (...) [Elas] escreveram um bilhetinho e colocaram lá nas caixinhas das reclamações. Até que um dia eu tô lá na academia, a menina falou assim ‘ai fulano, vem cá, num sei o que. A diretora acho que tá querendo falar com você’. Aí quando eu cheguei lá, assim, aí foi, ela foi e falou assim ‘olha, a gente recebeu uma reclamação aqui dizendo que você está usando o banheiro feminino’ (...) Comecei a usar o banheiro lá do meu trabalho. Ficava lá perto do refeitório e tudo, mas né, enfim, eu tinha que trocar de roupa e, de lá, ir pra academia. E aí durou isso só alguns dias. Porque vieram reclamar de novo que eu estava trocando a roupa, que eu estava com roupa assim, com roupa assado, dentro das dependências do... do

local de trabalho... até que, minha filha, que resumiu, resumiu, que eu tive que deixar de fazer porque não tinha lugar pra me trocar” (Súria, grupo focal).

A situação vivenciada por Súria, Shangella e, como citado na categoria analítica anterior, também por Ciborgue Amoroso, denuncia a situação de flagrante negação de espaços à população trans. Uma tentativa de devolver esses corpos para os guetos, longe do convívio social, como poeira escondida embaixo do tapete, unicamente em razão de sua identidade de gênero, ou de sua expressão de gênero (Bohm, 2009; Franco & Cicillini, 2015; Junqueira, 2010), como se fossem doentes contagiosos(as).

Nesse sentido, Bento (2017) critica a patologização, exotização e marginalização das pessoas transexuais e travestis em nossa sociedade. A autora questiona a razão pela qual essas pessoas ainda são tratadas pela classe médica como doentes mentais. De fato, a décima edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10) classifica a transexualidade como transtorno mental, sob o código F64. No entanto, uma nova edição da CID já foi adotada pelos países membros das Nações Unidas em maio de 2019 e passa a vigorar, oficialmente, a partir de janeiro de 2022. A nova versão prevê a exclusão dos códigos relacionados à patologização das identidades de gênero, de acordo com a UNAIDS¹⁸.

É provável que essa mudança surta pouco efeito imediato em relação à situação de exclusão das pessoas trans e travestis. Seria ingênuo supor que as escolas fariam as adaptações procedimentais necessárias, ou o mercado de trabalho abriria suas portas para as pessoas trans, em razão dessa alteração na CID. Essa transformação somente acontecerá (e já vem acontecendo, mesmo que de maneira tímida) por reivindicação da sociedade. Aliás, a retirada da transexualidade como transtorno mental ocorreu devido,

¹⁸ Disponível em: <https://unaid.org.br/2018/06/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-genero-de-lista-de-saude-mental/>

em grande parte, à pressão exercida pela comunidade LGBT e parte significativa da sociedade civil, como é divulgado pela própria UNAIDS. Mas não podemos negar a importante conquista das pessoas trans e da sociedade como um todo com a implementação dessa retificação na CID.

Como mencionado anteriormente, a maioria esmagadora das mulheres trans, atualmente, exercem a função de garotas de programa, como é o caso de Shangella, que revelou, durante a sessão de grupo focal, não gostar de seu ofício.

No início da sessão, foi solicitado que as participantes fizessem uma breve apresentação de si: nome, idade, hobby, trabalho atual, entre outras características. Na ocasião, Shangella informou que estava “sem ocupação no momento”. Mas em outra ocasião da sessão, quando abordamos as formações de cada uma e o alto percentual de mulheres trans no ramo da prostituição, a participante em questão registrou:

“Sim, é o meu caso (...) Eu não sei se, tipo, se valeria à pena colocar isso em questão (risos). Mas realmente sou garota de programa. Já tive outras funções, mas, atualmente, é essa que me dá um bom, um bom sustento. (...) eu faço porque eu ganho bem. Não gosto. Se eu tivesse uma outra forma de ganhar o que eu ganho, eu escolheria a outra forma, claro. Mas não posso negar que ganho bem e prefiro fazer o que eu não gosto e ganhar bem do que tipo, fazer algo que vai me deixar mais feliz, mas que vai me deixar (...) penosa¹⁹” (Shangella, grupo focal).

Ainda sobre o mercado de trabalho, Betânia foi contratada recentemente como modelo em um estúdio de moda, depois de vários meses desempregada. E demonstra estar bastante empolgada com essa primeira oportunidade de atuar no mercado da moda:

¹⁹ Expressão utilizada na comunidade LGBT para caracterizar pessoas que enfrentam momentos de dificuldade financeira.

“Eu ainda não sou a modelo famosa, mas eu tenho convicção que eu serei” (Betânia, entrevista individual). Súrya tem investido em seus estudos e Ciborgue Amoroso é assistente social concursado, tem investido em sua Dissertação de Mestrado e revelou que tem grande afinidade com pautas que envolvem artes em geral (rap, grafite) e também com engajamento político, por meio de grêmios estudantis e movimentos sindicais.

Uma característica comum que chama atenção em relação às pessoas entrevistadas é a aparente tranquilidade com que falaram de suas vivências, tanto nas entrevistas individuais quanto na sessão de grupo focal, no caso das duas participantes da ocasião. Mesmo Shangella, que atua em uma profissão com a qual não se identifica e que é socialmente estigmatizada, revela uma postura positiva em relação às dificuldades vivenciadas cotidianamente.

Uma possível causa dessa postura é o apoio que essas pessoas tiveram de suas famílias em seu processo de transição de gênero. As quatro pessoas entrevistadas têm relação de grande proximidade com suas famílias e as três participantes do gênero feminino foram categóricas ao afirmar que o apoio de suas famílias foi fundamental em seu processo de transição de gênero:

“A questão da minha família é assim: A minha mãe me apoiou. Então, pra mim, minha mãe me apoiou, então dane-se o resto (...) Ela me apoiou. Ela tinha medo, ela não sabia como agir, ela não sabia como falar, mas ela falou assim: ‘tô aqui’. Então, assim, isso pra mim foi importante” (Betânia, entrevista individual).

“Então, assim, eu sempre falo que eu tive sorte de ter uma família que me acolhesse, que apoiasse, que me aceitasse como da forma como eu escolhi pra

viver, né, como... como foi a forma que eu escolhi pra ser feliz. Então, não foi um processo muito difícil. Não foi nada que, que me impedisse te tentar, de tentar de alcançar a felicidade” (Shangella, entrevista individual).

“Não tenho trabalho. Só que eu tenho uma família que me ajuda demais. Entendeu? Então eu tenho assim... uma mãe excelente, eu tenho um pai que... que é um hino pra mim. Porque o meu era, é... ele tinha tudo pra ser um bolsomínion infeliz de merda, entendeu? E ele não é. (...) Eu tenho certeza que, se todas as pessoas tivessem um amparo psi... psíquico é, é... por parte da família muito melhor, eu acho que muitas não se matariam. Muitas não iriam pra rua. (...) Porque a gente sabe que o proc... esse processo de construção da nossa personalidade é... começa na infância. E aí os, os, os, é, o... os fatores que a gente tem como, como... espelho é o pai e a mãe, né?” (Súrya, entrevista individual).

Das pessoas trans entrevistadas, três relataram percalços e barreiras a serem superadas em determinados períodos de sua transição no contexto familiar. Betânia foi abertamente discriminada por sua irmã mais velha, os pais de Súrya choraram após revelação de sua identidade de gênero e Ciborgue Amoroso sofreu algumas violências psicológicas de sua mãe e da irmã.

Apenas Shangella revelou não ter sofrido nenhuma discriminação direta de familiares e parentes próximos, embora, em sua percepção, há “sempre pessoas que torcem o nariz pra isso” (Shangella, entrevista individual). Mas todos(as) superaram essa barreira inicial e têm um bom convívio com seus familiares. Nesse sentido, revela-se a importância do fortalecimento das redes de apoio no enfrentamento de questões do

dia-a-dia, sobretudo para as pessoas trans, premissa essa reconhecida, também, pelos(as) participantes da pesquisa de Rosa (2017).

A importância das redes de apoio social na promoção da saúde de grupos socialmente marginalizados é corroborada por Soares, Feijó, Valério, Siquieri e Pinto (2011). Os autores(as) realizaram uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas, com cinco pacientes do gênero feminino recém submetidas à cirurgia de transgenitalização. Na ocasião, a percepção das participantes foi que, apesar da prevalência da cultura heteronormativa, que “sustenta preconceitos e atos discriminatórios” (p. 83), o apoio de familiares e amigos foi essencial para a maioria delas em seu processo de transição de gênero.

Como será abordado na próxima categoria analítica, percebe-se, atualmente, uma lenta, mas paulatina mudança de perspectiva em nossa sociedade, quando lançamos olhar sobre a população LGBT, no sentido do respeito e valorização dessas pessoas. A *internet*, as redes sociais e a mídia de massa têm abordado cada vez mais temáticas com pessoas LGBT, o que tem contribuído socialmente para diminuição do sentimento de estranheza que era compartilhado entre o público em geral há até pouco tempo.

Contudo, na visão dos(as) participantes desta pesquisa, existe uma noção unânime de que pertencem a um grupo privilegiado e as três do gênero feminino lamentam que ainda seja assim:

“E a nossa função é não ficar endossando argumentos de meritocracias falidos, que não servem nem pra pessoas cis, dirá pra gente! Coisas tipo assim, ó: ‘ah é só se esforçar’. Papos que me irritam. Virar pra uma pessoa trans que tá sendo expulsa de casa com 12 anos de idade (...) E virar e falar assim ó: ‘mas você não se esforça’. Aí você pega sua realidade privilegiada, joga nela e acha que ela tem

que ter o mesmo resultado que você. Cala a boca, dou um murro na sua cara (risos) Ai me dá uma vontade de dar um tapão na cara da pessoa! Nessa hora a empatia trans, a irmandade trans vai pro beleléu!” (Betânia, entrevista individual).

“Eu acho que não deveria ser assim porque eu acho que, independente de ser passável ou não, a pessoa tem que ter o respeito, tem que ter o espaço dela em qualquer lugar, em qualquer ambiente. Mas ajudou muito de eu ser uma pessoa que, no meio da multidão, conseguia passar de uma por uma pessoa cis, uma pessoa “normal”, entre aspas, né, me ajudou bastante. Deixei de sofrer muita piadinha muito ‘ó o traveco!’, justamente pela aparência passável” (Shangella, entrevista individual).

“Tem meninas que são expulsas com 10, 11. E aí eu fico...(…) Fugimos à regra também, que quando os pais separam, as pessoas ficam com as mães. E eu fiquei com o meu pai. Tanto é que quando eles separaram quando eu tinha 7 anos. E eu só fui morar com a minha mãe com 17 (...) e eu vejo que o meu pai, assim, ele foi totalmente diferente dos pais que a gente pode-se ver que não ajudam pessoas como a gente” (Súrya, entrevista individual).

E o esforço para que o respeito à individualidade das pessoas não se confine a um espaço de privilégio pode se configurar como uma estratégia de enfrentamento em relação às práticas discriminatórias, como será abordado a seguir.

5.3 Existir é Resistir

Érica Malunguinho é uma deputada estadual, eleita por São Paulo em 2018 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Fundadora do Centro Cultural Aparelha Luzia em 2016, que celebra a cultura afro-brasileira na capital paulista. Érica é educadora, artista plástica, pesquisadora, mestra em estética e história da arte pela Universidade de São Paulo e mulher transexual negra²⁰. Nunca antes uma pessoa trans havia ocupado um cargo eletivo na Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP).

Outras duas mulheres trans foram eleitas deputadas estaduais. Érika Hilton, também do PSOL, eleita também em 2018 para atuar na ALESP e Robeyoncé Lima, primeira advogada trans das regiões Norte e Nordeste a usar seu nome social na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), eleita para o mesmo cargo, também pelo PSOL, para atuar na Câmara Legislativa de Pernambuco²¹.

Apesar do número tímido de representantes da comunidade LGBT em cargos eletivos, a eleição dessas três mulheres representa uma vitória considerável se levarmos em conta a expansão preocupante do fundamentalismo religioso em nossa sociedade, invadindo, também, a esfera política, como alertam Coelho e Jorge (2018) e Lionço (2017).

Mas não só elas. Tiffany Abreu, jogadora de vôlei pelo time do Sesi-Bauru, vem abrindo caminho nos esportes para outras possíveis revelações. Luana Muniz, profissional do sexo e ativista dos direitos humanos falecida em maio de 2017 aos 56 anos e conhecida pelo bordão “travesti não é bagunça”, desempenhou papel de mãe das meninas trans adolescentes abandonadas pelas suas famílias nas ruas do Rio de Janeiro. Lea T, entre outros modelos trans, está inserida no mundo da moda. Nanny People no

²⁰ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Érica_Malunguinho

²¹ Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/wj97zy/quem-sao-os-lgbts-eleitos-em-2018

entretenimento. Amanda Guimarães e Lucca Najar, entre os(as) produtores(as) trans de conteúdo no Youtube. Glamour Garcia interpretou recentemente um papel de destaque na programação destinada ao horário nobre da maior emissora de televisão do Brasil. Diversas outras(os) anônimas(os) também buscam seu pertencimento em nossa sociedade se envolvendo com artes, investindo em seus estudos, ou em um novo empreendimento, conseguindo colocação no mercado de trabalho, enfim, vivendo.

Claro que não podemos fechar os olhos aos índices de violência que atingem a população trans, principalmente em nosso país. Entretanto, se considerarmos a representatividade e o protagonismo dessas pessoas, talvez o mesmo efeito do exemplo dado pelas professoras trans entrevistadas por Franco e Cicillini (2015) seja verificado em outras ocasiões.

Tendo em vista essa perspectiva, Junior e Gosciola (2018) entrevistaram a atriz, diretora e maquiadora Renata Carvalho, mulher transexual que interpretou, no Brasil, a peça *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu*. A atriz conta seus percalços durante a turnê de apresentação da peça, com várias tentativas de censura à apresentação do espetáculo e censuras efetivas determinadas pela justiça em Jundiaí e em Salvador (Junior & Gosciola, 2018).

Renata menciona os alarmantes 90% de pessoas trans circunscritas à prostituição e a nossa expectativa de vida, que é de cerca de 35 anos, menos da metade do restante da população, que é de quase 76 anos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²². As informações a respeito da violência a que a população trans está exposta, bem como a comparação entre as expectativas de vida de pessoas trans e cis, também foram divulgadas em reportagem divulgada pelo Senado Federal²³.

²² Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=expectativa%20de&>

²³ Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/538498/Cidadania_598.pdf?sequen

E Renata continua: “Tudo isso será quebrado a partir do momento que o corpo transgênero for inserido fisicamente na sociedade, quando estes corpos trans estiverem presentes. Por isso reivindicamos a representatividade trans, e representatividade é o ato de estarmos presentes” (Junior & Gosciola, 2018, p. 103).

Nas entrevistas individuais, um dos questionamentos feitos às(os) participantes dizia respeito às ações que as pessoas trans poderiam empreender para combater a transfobia. E as falas, na direção do que a atriz Renata Carvalho defendeu, foram unânimes:

“(...) não tenha vergonha de falar de quem você é. Eu não quero ser a modelo que não fala que é trans. Eu quero ser a modelo que... ‘ah, mas você quer ser a modelo trans?’ Não, eu quero ser a modelo que, dentro das características dela, ela é transexual, ela é brasileira, ela... eu quero ser essa pessoa, sabe por que? Porque não dê armas pra usarem contra você. E mostre pra nova geração que existem caminhos” (Betânia, entrevista individual).

“Olha, eu acho que, justamente, levantar a bandeira de que eu sou trans mesmo, que no passado eu não levantava. Eu fingia que eu não era, eu queria passar como uma pessoa cis na sociedade e tá errado. Você tem que mostrar que você é trans e falar ‘sim eu tô aqui, eu existo, e vocês vão ter que... se vocês não me aceitam, vocês vão ter que me respeitar de uma forma ou de outra’. Então, eu acho que isso é muito importante. Você ter orgulho de quem você é” (Shangella, entrevista individual)

“(...) é igual o que eu falei pra você em relação à minha família. A partir do momento que eu tive presença com eles, eles se sent... eles tiveram uma presença maior. Então eu acho que o que falta da populaç... da nossa população, por exemplo, é presença nos lugares. A gente tem que ir nos lugares. A gente não pode sair só nas ruas à noite. A gente num tem que ir no mercado só a... no mercado 24 horas porque funciona de madrugada. A gente não tem que deixar de assistir o cinema porque o cinema num sei o que... não, a gente tem que ir. Porque o povo tem que ver que a gente existe!” (Súrya, entrevista individual).

“E aí eu acredito também que a gente precisa ocupar esses espaços. Eu acho que chega da gente estar nas profissões subalternizadas. Não que essas pessoas não deveriam existir, eu não acredito nessa hierarquização, mas eu acho que nossos corpos, eles devem estar onde nós queremos estar. Então, eu acho que a gente tem que ter mais, sim, travestis professoras, homem trans professores, pessoas não binárias, ocupando papel de educador e de educadora... E aí eu vejo, né, o quanto que nós podemos ser agentes transformadores da sociedade, né” (Ciborgue Amoroso, entrevista individual).

Diante do exposto, podemos resgatar a importância da representatividade de grupos socialmente marginalizados em espaços de poder ao relembrar as falas das professoras trans entrevistadas por Franco e Cicillini (2015). Uma das principais preocupações daquelas profissionais é mostrar às outras pessoas trans, com quem possam interagir, que as possibilidades de se colocar no mundo podem ser consideravelmente mais numerosas do que as que a sociedade costuma mostrar.

Pessoas LGBT no meio acadêmico também podem se revelar importantes agentes de transformação social e democratização do espaço escolar, em busca de um ambiente de respeito e acolhimento das diferenças, que são fundamentais para marcar nossas próprias identidades. A promoção de uma escola inclusiva como ferramenta primordial na construção de uma sociedade plural e democrática é defendida com veemência por Junqueira (2009), pois, para o autor, apesar de todas as mazelas históricas e atuais vivenciadas nesse ambiente, de maneira geral, é na escola que podem ser “subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associadas a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica” (p. 36).

Apesar de o número de pessoas trans no meio acadêmico ainda ser bastante acanhado, sua presença vem crescendo cada vez mais nesse ambiente. Alguns expoentes²⁴ nesse sentido já podem ser vislumbrados em nosso horizonte, como a primeira doutora travesti da Universidade Federal do Paraná, Megg Rayara Gomes de Oliveira; ou a primeira mulher trans a defender uma tese de Doutorado na Universidade de Brasília (UnB), Jaqueline Gomes de Jesus; Helena Vieira, Formada em Gestão Pública pela Universidade de São Paulo (USP) com vários artigos publicados; ou uma das primeiras mulheres trans a defender uma tese de Doutorado na USP, Daniela da Silva Prado; ou a própria Érica Malunguinho, mencionada no início desta categoria analítica, dentre várias outras pessoas trans que buscam no incremento de seu arcabouço teórico uma poderosa ferramenta contra a transfobia.

É comum no ser humano o surgimento do sentimento de temor diante do desconhecido. Dessa forma, diante das falas das(os) participantes desta pesquisa, em consonância com Franco e Cicillini (2015) e Junior e Gosciola (2018), o momento histórico atual tem se mostrado bastante profícuo para tornar conhecidas histórias e lutas

²⁴ Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/intelectual-mulheres-transexuais_br_5c4fa99be4b0d9f9be68554a

de diversas minorias políticas, possibilitando o desvelamento desse “desconhecido” e, portanto, contribuindo para a desconstrução de preconceitos tão arraigados em nossa cultura.

Considerações Finais

Tendo em vista a discussão aqui apresentada, considerando as articulações entre o teórico e o empírico, percebemos que vivemos em um país extremamente violento em relação a todos os grupos que não compartilham um modelo hegemônico de masculinidade. O atual modelo desconsidera as vivências de todos os grupos que são, ou aparentam ser, LGBT. Mas não só esses grupos estão sujeitos a esta violência. Mulheres, pessoas negras e comunidades indígenas também são diretamente atingidas.

Contudo, apesar da ascensão de discursos de cunho fundamentalista cristão no Brasil e da flagrante situação de violência cotidiana contra as diversas minorias políticas que integram a nossa sociedade, percebemos que essas minorias políticas têm conquistado espaço em diversos ambientes antes incogitáveis.

Cabe, aqui, ressaltar que o termo *minorias políticas* não tem relação com quantidade de indivíduos. Afinal, de acordo com o IBGE²⁵, 53,92% da população brasileira se declara preta ou parda, contra 45,22% que se declara branca. Da mesma forma, as mulheres, integrantes de outra minoria política, são maioria numérica em relação aos homens, representando 51,7% da população brasileira²⁶.

O termo *minorias* aqui empregado tem relação com o acesso a espaços de poder, conforme definição de Chaves (1970), em que esses grupos permanecem sub-representados. E daí advém a importância de pessoas que representem esses grupos em espaços de poder e nos outros diversos segmentos da sociedade, no intuito de desconstruir preconceitos e ajudar a promover contextos livres de práticas discriminatórias.

²⁵ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

²⁶ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>

Destaca-se, de maneira particular, a importância dessas minorias no espaço acadêmico para enriquecimento dessas discussões e abertura a novas possibilidades de ser e se enxergar no mundo.

Conforme mencionado na seção destinada à metodologia para realização desta pesquisa, diversas tentativas foram empreendidas para incluir os homens trans como colaboradores do conhecimento aqui construído, mas todas foram infrutíferas, infelizmente. E, em razão da delimitação do tema desta pesquisa, não foi possível abordar a perseguição aos povos indígenas, tão evidente, sobretudo, nos tempos atuais.

Dessa forma, considerando os diversos espaços de pertencimento das pessoas (raça, classe, identidade de gênero, etnia, orientação sexual, posicionamento político, etc.), registra-se a necessidade de realização de pesquisas futuras que complementem o conhecimento aqui construído.

Outra discussão que considero importante é sobre as estratégias para construir redes de apoio para as diversas minorias políticas, dentre elas, a população trans. Como foi apontado pelos(as) participantes da presente pesquisa, pessoas trans que contam com o apoio de suas famílias ainda são consideradas como pertencentes a um grupo privilegiado. A grande maioria é sumariamente expulsa de suas casas e abandonadas à própria sorte ainda no início da adolescência. Dessa forma, é de fundamental importância discutir formas de acolhimento dessas pessoas e, também, possibilitar a continuidade de seus estudos em um ambiente receptivo ao respeito à dignidade da condição humana.

Também pode-se evocar o compromisso da Psicologia com a manutenção da laicidade do Estado e promoção de uma cultura de respeito às liberdades individuais, como defende Lionço (2017) em consonância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005). Mais do que um compêndio de regulamentações, o que se

espera com o cumprimento do Código de Ética é a postura combativa dos(as) psicólogos(as) frente às práticas discriminatórias e o exercício da empatia diante do sofrimento humano.

Referências

- ANTRA (2018). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Recuperado em 09 de junho, 2019, de <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>
- Bento, B (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA.
- Bohm, A. M. (2009). *Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis*. Porto Alegre: UFRGS
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chaves, L. G. M. (1971). Minorias e seu estudo no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 1(1), 149-168. Disponível em http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4487/1/1971_art_LGMChaves.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP.
- Coelho, R. S. & Jorge, M. A. C. (2018). O fundamentalismo religioso e suas vicissitudes éticas e políticas. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 10(1), 11-23. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2018v1p.11>
- Demo, P. (2001). *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas – SP: Papyrus.
- Fonseca, V. C. F. (2018) *Corpos (in)desejáveis: o fenômeno da transfobia a partir da perspectiva de pessoas trans e psicólogos/as*. (Monografia). Brasília: UniCEUB.

- Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 325-346. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n2/0104-026X-ref-23-02-00325.pdf>
- Fütty, J. T. (2010). Challenges posed by transgender: passing within ambiguities and interrelations. *Graduate journal of Social Science*, 7 (2), 57-75.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. Em M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp.64-89). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Gomes, R. (2004). A análise de dados em pesquisa qualitativa. Em: Minayo, M. C. de S. (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (pp. 79-108). Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Junior, U. L. & Gosciola, V. (2018). Representando a representatividade: identidade de gênero no teatro brasileiro contemporâneo. São Paulo: *Revista Aspas* (vol. 8, n. 1, pp. 98-107).
- Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Junqueira, R. D. (2010). Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. João Pessoa: *Espaço do Currículo* (vol. 2, n. 2, pp. 208-230).
- Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (núm. esp.), 208-223.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0208.pdf>

Loisos, P. (2002). Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. Em M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp.137-155). Petrópolis – RJ: Vozes.

Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

Madureira, A. F. A. (2007). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf

Madureira, A. F. A. (2013). Psicologia Escolar na contemporaneidade: construindo “pontes” entre a pesquisa e a intervenção. In E. Tunes (Org.), *O fio tenso que une a Psicologia à Educação* (pp. 55-73). Brasília: UniCEUB.

Madureira, A. F. A.; Barreto, A. L. C. S. & Paula, L. D. (2018). Educação, política e compromisso social: desconstruindo o mito da neutralidade pedagógica. Em E. Tunes (Org.), *Desafios da educação para a psicologia* (pp. 137-153). Curitiba: CRV

Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia* (Ribeirão Preto), 23(3), 577-591

Minayo, M. C. de S. (2015). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Em Minayo, M. C. de S. (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (pp. 9-30). Petrópolis, RJ: Vozes.

Ministério da Saúde (2004). *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual*.

Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

Miskolci, R. & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado* (Brasília), 32(3), 725-747.

Orwell, G. (2009). *1984*. São Paulo: Companhia das Letras.

Reis, N. & Pinho, R. (2016). Gêneros não-binários, identidades, expressões e educação. *Revista Reflexão e Ação* (Santa Cruz do Sul), 24(1) 7-25.

Reis, T. & Eggert, E (2017). Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação e Sociedade* (Campinas) 38(138), 9-26.

Rosa, L.C. (2017). *A LGBTfobia como Fenômeno Cultural e seus Impactos Psíquicos*. (Monografia) Brasília: UniCEUB.

Sagan, C. (2006). *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Companhia das Letras.

Soares, M.; Feijó, M. R.; Valério, N.I.; Siqueri, C. L. S. M. & Pinto, M. J. C. (2011). O apoio da rede social a transexuais femininas. *Paidéia* (São Paulo) 21(48), 83-92.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis - RJ: Vozes.

Anexos

Anexo A – TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE “Processos Excludentes e Estratégias de Enfrentamento de Pessoas Trans no Contexto Escolar”

Instituição da pesquisadora: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Pesquisadora assistente: Sabrina Moraes Teixeira

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado(a) a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é Investigar a perspectiva de pessoas trans em relação à educação formal como instrumento para desconstrução de preconceitos e promoção de autonomia em termos de pensamento e ação.
- Você está sendo convidado(a) a participar exatamente por ser uma pessoa trans, o que corresponde ao perfil delimitado para esta pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua colaboração consiste em participar de uma entrevista individual e um grupo focal sobre o tema focalizado na pesquisa.
- Os procedimentos consistem em uma entrevista individual e, posteriormente, participação em um grupo com as demais pessoas trans entrevistadas previamente para realização de uma reunião de grupo focal. Ambos os procedimentos serão gravados em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- Tanto a entrevista individual como o grupo focal serão realizados em local e horário mais convenientes aos(às) participantes.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos, que são inerentes aos procedimentos de entrevista individual e grupo focal.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista individual e o grupo focal para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso algum desses procedimentos possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.

- Com sua participação nesta pesquisa você irá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada sobre a transfobia em nossa sociedade.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista e grupo focal) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Sabrina Moraes Teixeira, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira

Celular: (61) 99658-7755 - E-mail: madureira.ana.flavia@gmail.com

Sabrina Moraes Teixeira

Celular: (61)98135-1408 – E-mail: sabrinadjow@gmail.com

Endereço das responsáveis pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, campus UniCEUB

Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília CEP 70795-075

Telefones p/contato: (61) 3966-1200

Anexo B – Tópico guia para realização da entrevista individual

Após apresentação do tema de pesquisa e solicitação de leitura atenta e assinatura do TCLE.

- Questões disparadoras:

1 – Como foi/está sendo para você a sua transição de gênero?

2 – Você já sofreu transfobia? Se sim, Poderia me dizer como foi? O que você sentiu e como enfrentou essa situação?

3 – Para você, como as pessoas trans podem colaborar no combate à transfobia na nossa sociedade?

Anexo C – Roteiro para realização da sessão de grupo focal

- Tempo estimado de duração da sessão: de 60 a 90 minutos.

1 – Recepção às(os) participantes da pesquisa.

2 – Apresentação pessoal da pesquisadora

3 – Apresentações entre os(as) participantes da pesquisa.

4 – Apresentação de vídeo editado²⁷ sobre as estratégias vivenciadas pela professora Laysa Machado para ascensão profissional na escola em que lecionava na ocasião.

5 – Fomentar a discussão a respeito das estratégias adotadas pela profissional em questão e promover articulações com as experiências empreendidas pelos(as) participantes.

6 – O que vocês pensam quando ouvem a palavra passabilidade? Vocês acham relevante a discussão sobre passabilidade na vivência de pessoas trans? Por quê?

7 – Vocês iniciaram a transição de gênero ainda na escola? Se sim, poderiam compartilhar sua experiência?

8 – E sobre a realização profissional? Como vocês veem a questão da empregabilidade para pessoas trans hoje em dia?

9 – Fechamento da sessão e agradecimento pela colaboração.

²⁷ Vídeos originais disponíveis em <https://youtu.be/v4vRnMpezSA> e <https://youtu.be/aYzHWhrHB6s>

Anexo D – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP UniCEUB)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Processos Excludentes e Estratégias de Enfrentamento de Pessoas Trans no Contexto Escolar

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 20277219.1.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.638.577

Apresentação do Projeto:

Conforme projeto apresentado à plataforma, a pesquisa se insere no campo da psicologia, tendo como tema a inserção de pessoas trans na escola e suas experiências e percepções.

Como apresentado, "O presente projeto de pesquisa, intitulado: Processos Excludentes e Estratégias de Enfrentamento de Pessoas Trans no Contexto Escolar, corresponde ao Projeto de Monografia elaborado pela aluna do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, Sabrina Moraes Teixeira, sob orientação da Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira. O objetivo geral da pesquisa é: Investigar a perspectiva de pessoas trans em relação à educação formal como instrumento para desconstrução de preconceitos e promoção de autonomia em termos de pensamento e ação. Vivemos em um país consideravelmente violento em relação à população LGBT+ e o acesso dessa população à educação formal pode ser um potencial instrumento para desconstrução de preconceitos e desenvolvimento de um pensamento crítico e libertador.

Contudo, a escola, como instituição social inserida em um contexto mais amplo permeado por diferentes formas de discriminação, tende, muitas vezes, a reproduzir tais práticas discriminatórias. Dessa forma, e de fundamental importância discutir formas de inclusão de pessoas trans na escola. Para tanto, é necessário escutarmos as próprias pessoas trans".

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco B, sala B.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (51)3066-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 3.030.577

Objetivo da Pesquisa:

Conforme informação documental, o objetivo de pesquisa é "Investigar a perspectiva de pessoas trans em relação a educação formal como instrumento para desconstrução de preconceitos e promoção de autonomia em termos de pensamento e ação."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos, o projeto aponta: "A pesquisa apresenta baixos riscos. Tais riscos são inerentes aos procedimentos de entrevista e grupo focal. Medidas preventivas serão tomadas para minimizar qualquer risco ou desconforto. Por exemplo, será apresentada a orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que o/a participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais. Mesmo assim, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento aos/as participantes, os/as mesmos/as não precisam realizá-lo."

A avaliação dos riscos feita pelas pesquisadoras é coerente com o objetivo e a metodologia apresentadas. O TCLE faz constar as mesmas informações apontadas acima e, assim, atende às exigências da ética em pesquisa.

Quanto aos Benefícios, indica: "Ao participar da pesquisa, os/as participantes colaborarão com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema focalizado".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisadora responsável tem currículo e propósitos de pesquisa reconhecidos e compatíveis com a área do projeto.

A metodologia apresentada (pesquisa qualitativa com o uso de entrevistas e grupos focais) é adequada ao tema e ao objeto apresentado. O Cronograma está coerente com o alcance da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto submetido à plataforma apresenta:

- Folha de Rosto
- Projeto
- TCLE

todos devidamente preenchidos conforme as regras desta Plataforma, dos CEPs e da ética em pesquisa, pelo que não há nada a ser observado neste ponto.

Recomendações:

A título de sugestão o parecerista recomenda a leitura dos trabalhos da Profa Luma Andrade. O principal, sua tese de doutorado: ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola*.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco E, sala 8.205, 2º andar	
Bairro: Setor Universitário	CEP: 70.790-075
UF: DF	Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3066-1511	E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 3.030.577

assujeitamento e resistência à ordem normativa / Luma Nogueira de Andrade. Rio de Janeiro: Metanota, 2015.

O CEP-UNICEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao as Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - desenvolver o projeto conforme delineado;

III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;

VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando as informações apresentadas pela documentação submetida à plataforma, o projeto de pesquisa atende às exigências da ética em pesquisa, conforme as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde - CNS.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco B, sala B.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (51)3066-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 3.636.577

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 3.635.779/19, tendo sido homologado na 16ª Reunião Ordinária do CEP-UNICEUB do ano, em 20 de setembro de 2019.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P OBJETO_1426013.pdf	05/09/2019 19:21:06		Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Pesquisa.pdf	05/09/2019 19:20:21	SABRINA MORAES TEIXEIRA	Acelto
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE.pdf	05/09/2019 17:46:50	SABRINA MORAES TEIXEIRA	Acelto
Cronograma	Cronograma.pdf	05/09/2019 17:45:24	SABRINA MORAES TEIXEIRA	Acelto
Brochura Pesquisa	projeto_Sabrina.pdf	05/09/2019 17:42:42	SABRINA MORAES TEIXEIRA	Acelto
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	05/09/2019 17:42:27	SABRINA MORAES TEIXEIRA	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASÍLIA, 13 de Outubro de 2019

Assinado por:
Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco B, sala B 205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário CEP: 70.790-075
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3668-1511 E-mail: cep.uniceub@uniceub.br